



[Handwritten signatures and initials]

ATA Nº 6/2022
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Aos dezassete dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e dois, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Cristina Maria Carrilho Ferreira, respetivamente Primeiro e Segunda Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pelo Presidente, Luís Filipe Santana Dias. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da mesma Câmara Municipal, João António Lopes Candoso, Maria Leonor Magalhães Fragoso, Miguel Filipe da Silva Santos, Carla Cristina Machado Rodrigues Dias, Miguel Félix Paulo e Susana Maria Marques Higinio de Avelar Gaspar. -----

----- Pelas catorze horas e vinte cinco minutos, verificando-se a existência de quórum, o membro da Assembleia Municipal a presidir deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- PONTO PRÉVIO -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 4/2022 referente à sessão ordinária de 25 de junho. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Aprovada a ata n.º 4/2022, por unanimidade dos presentes com direito de voto, com 28 votos a favor (31 presenças). -----

----- CORRESPONDÊNCIA -----

----- Não foi apresentada correspondência para leitura. -----

----- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- **Presidente da União de Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de S. João – Leandro Manuel Alves Jorge;** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa da sua Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção por dirigir ao Senhor Presidente da Câmara alguns agradecimentos, nomeadamente agradecer e reconhecer a conclusão da obra de



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

requalificação da Rua 8 de setembro, na povoação de Vale de Barco, dizendo ter sido substituída a conduta principal de abastecimento de água e de todos os seus ramais, fora colocado um novo piso, construção de passeios, melhorando as condições de segurança para os peões, colocação de nova sinalização. Salientou não ter ficado tudo feito, mas o trabalho vai continuar pois foi uma obra importante para a freguesia e para os muito utilizadores daquela via de comunicação, obra pensada e bem executada no tempo certo e não em função de calendários. Disse que a população de Vale de Barco e a freguesia, agradece publicamente à Câmara Municipal de Rio Maior, a execução da referida obra. -----

----- Agradeceu também pela conclusão das obras de requalificação do espaço até então designado como “salas da catequese”, atualmente designado por Complexo Paroquial Albertina Figueiredo Vicente, obra inaugurada a 9 de outubro do corrente ano, tratando-se de um equipamento imprescindível para a freguesia. O espaço serve de apoio às 100 crianças que frequentam a catequese, disse ser também um equipamento utilizado pelo Agrupamento de Escuteiros de S. João da Ribeira, atualmente com mais de 100 Escuteiros, sendo o maior do concelho e também um importante apoio no acolhimento de jovens aquando da realização das Jornadas Mundiais da Juventude. Dirigindo-se ao Presidente da Câmara referiu terem sido muitos os avanços e recuos do processo relativo ao Complexo Paroquial, mas atualmente é uma realidade e o mesmo só foi possível devido ao apoio considerável da Câmara Municipal de Rio Maior. Salientando que mesmo que alguns insistam em levantar dúvidas acerca da distribuição dos apoios às diversas entidades do concelho de Rio Maior, questionando se vale ou não a pena, se gostam ou não do sítio onde o apoio é entregue, se merecem ou não merecem, se é ou não importante para as comunidades, dirigiu-se ao Presidente da Câmara e respetivo executivo e fez votos para que possam continuar a apoiar da mesma maneira todos os pedidos de apoios realizados pelas diversas entidades do concelho. -

----- Na sua intervenção aproveitou para questionar o Executivo Camarário pelo ponto de situação da obra de requalificação da Casa Poeta Ruy Belo, dada a preocupação existente relativamente ao desenvolvimento daquela obra. -----

----- Terminou a sua intervenção fazendo votos de um santo e feliz Natal para todos os presentes e um próspero ano de 2023. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião – Cátia Andreia Carvalho Agostinho.** -----



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa da sua Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção por parabenizar o Executivo Municipal pela Organização do almoço sénior, que ocorrera no dia do Ferido Municipal, 6 de novembro, dizendo ter sido uma tarde de convívio e partilha dos seniores a quem tanto se deve, salientando que a Freguesia de S. Sebastião, participou com 62 seniores, os quais também lhe solicitaram que dirigisse um agradecimento público à Câmara Municipal, pela excelente organização daquele convívio que tanta falta lhes faz, pois cada vez mais a velhice é sinónimo de solidão. -----

----- Prossequindo a sua intervenção chamou a atenção para os problemas de toponímia existentes nas freguesias, reportando-se a ruas que já são públicas há mais de 10 anos e que ainda não constam dos mapas dos CTT, assim como também nos mapas online do Município, situação que traz vários problemas, dando como exemplo a renovação do Cartão de Cidadão e claro os problemas na entrega da correspondência. Salientou ter conhecimento de que se trata de um problema transversal a outras freguesias, disponibilizando-se para ajudar os serviços camarários para que aquele problema seja rapidamente solucionável, pois já se arrasta há algum tempo. -----

----- Referiu-se ainda à regularização de imóveis e outras infraestruturas dando como exemplo o depósito da água existente na sua freguesia, o Bairro Social e o furo de água, sendo que aquele já se encontra em processo de regularização. Disse tratar-se de terrenos doados pelos fregueses, para instalação daqueles edifícios e infraestruturas e cuja situação legal ainda não se encontra regularizada, dizendo que situação deverá ser resolvida porque se se continuar a prolongar no tempo os problemas vão aumentando. -----

----- Alertou ainda para os abusos dos madeireiros com a destruição de caminhos rurais, aquando da realização de cortes de árvores, com ausência de limpeza e ficando durante meses ao abandono, sem nada seja feito para repor aquelas áreas, situação prevista na Lei. Disse ter conhecimento de estar a ser elaborado por parte do Município um Regulamento com normas para aquele tipo de situações, solicitando assim alguma celebração na conclusão do processo. -----

----- Agradeceu à Câmara Municipal o empréstimo de uma viatura para fretar o Tout venant, tendo em vista a reparação de vários caminhos rurais, os quais se encontram em muito mau estado, também devido ao mau tempo que se tem feito sentir.-----

----- Por último solicitou ao Presidente da Câmara que no próximo ano de 2023, melhore o serviço de comunicação, nomeadamente resposta aos email's enviados ao



[Handwritten signatures]

Gabinete de Apoio à Presidência, nem que seja o envio de recibo de leitura.-----

----- Fez votos de Boas Festas a todos os presentes e um próspero ano de 2023, com muita saúde. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões – Augusto Pedro Dias Pereira.** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa da sua Presidente e a todos os presentes. -----

----- Começou por agradecer a disponibilidade da Câmara Municipal, nomeadamente quanto à ajuda dada aquando as intempéries, situação para a qual o Presidente da Câmara se disponibilizara de imediato a ajudar, salientado não ter havido danos pessoais, mas sim muitos estragos a nível das vias de comunicação com o aumento do caudal dos rios e com estradas alagadas que tiveram de ser fechadas. E estabelecendo a relação com as intempéries, referiu-se a três obras que considera serem estruturantes para a sua freguesia, nomeadamente a Estrada de Casais da Charneca - Correias, que se encontra praticamente intransitável, o acesso à A15, estrada estruturante para a freguesia e para o Concelho, bem como o saneamento básico em Vale Marinhas, obras que gostaria de ver contempladas no orçamento da Câmara Municipal para o ano de 2023, o qual se encontra a votação na presente sessão da Assembleia Municipal, dizendo ter conhecimento que, ao longo do corrente ano, já foram tomadas algumas decisões para os três projetos referidos, pelo que fez votos que no decorrer do ano 2023 os mesmos se possam realizar. -----

----- Em relação à realização do almoço sénior, disse que participaram cerca de 100 idosos da sua freguesia, tendo sido mandatado por grande parte dos participantes no sentido de dirigir um agradecimento público à Câmara Municipal, pela realização do evento, classificando o mesmo como muito importante a par da atividade “passeio do idoso” que ocorre no verão. -----

----- Finalmente, fez votos de um Feliz Natal e prospero Ano Novo, que seja repleto de sucesso para o Concelho de Rio Maior. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior – João Carlos Branco dos Santos Rebocho.** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa da sua Presidente e a todos os presentes. -----

----- Disse ser com muito gosto que no finalizar de ano se dirige à Assembleia Municipal e Câmara Municipal para agradecer publicamente, em nome da Freguesia de Rio Maior,



[Handwritten signature]
cu gcl

o empenho demonstrado ao longo do corrente ano, aquando das várias situações ocorridas, nomeadamente as intempéries, havendo ainda muito por fazer, mencionando o facto de ser necessário e urgente fazer uma intervenção aos caminhos rurais, contudo não pode deixar de referir a prontidão na resposta dada pelos serviços Municipais. Referindo-se às diversas parcerias, sempre na persecução dos interesses das populações do concelho de Rio Maior, disse também agradecer todo o apoio dado pela Câmara Municipal. Destacou algumas situações relativas ao ensino na freguesia de Rio Maior, nomeadamente quanto à candidatura ao PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) apresentadas pelas Escola Profissional e pela Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira, ambas de Rio Maior, dizendo que na qualidade de cidadão e Autarca, vê com muito orgulho a aprovação das candidaturas para a instalação de dois Centros Tecnológicos, na área Indústria e na área da Informática, respetivamente, parabenizando assim, a comunidade escolar e o Concelho, dado que as escolas ficam munidas de mais um instrumento que permite responder às necessidades dos seus alunos. Referiu, ainda, que na Lezíria do Tejo foi a Escola Profissional de Rio Maior, a única entidade privada que viu, uma candidatura ao PRR, aprovada e ainda que em 311 candidaturas, 104 foram aprovadas, sendo este um motivo de orgulho. -----

----- Referiu-se na sua intervenção, às atividades de Natal, em Rio Maior e em todo o Concelho, destacando o excelente trabalho que a Câmara Municipal continua a fazer juntos dos cidadãos e ainda quanto à promoção do comércio local. Referiu-se, ainda, às atividades que a Câmara Municipal de Rio Maior tem levado a cabo em parceria com as Juntas de Freguesia, nomeadamente de índole cultural, com a participação de jovens e menos jovens, destacando a atividade “circulando o Natal” que consiste em levar atividades às crianças do concelho, agradecendo mais uma vez à Câmara Municipal a iniciativa. -----

----- Reportou-se à atividade “Presépios de Natal”, que decorre nas Marinhas do Sal, congratulou-se com o facto da Câmara manter o projeto, que trás muitos visitantes ao concelho de Rio Maior e que promove aquela zona turística e culturalmente, despertando assim, o interesse da comunicação social local, regional e também a comunicação social nacional, referindo-se à divulgação feita pelo canal de televisão RTP. Disse, ainda, ser necessário dar um sal qualitativo a nível das infraestruturas naquele local, disponibilizando, mais uma vez, junto do Presidente da Câmara para ajudar e apoiar o projeto. -----



Handwritten marks:
A signature in black ink.
The initials 'cu' in black ink.
The initials 'CFL' in blue ink.

----- Quanto ao Natal na cidade de Rio Maior, referiu-se à animação que a Câmara Municipal tem promovido e à parceria com a Junta de Freguesia de Rio Maior, reportando-se à casa do Pai Natal, construída no ano de 2018, pelos funcionários da Junta de Freguesia e à árvore de Natal da Junta de Freguesia de Rio Maior, que muito lhe apraz colocar sempre na Praça do Comércio, apoiando e dinamizando o comércio local, sendo uma aposta da Junta de Freguesia de Rio Maior e da Câmara Municipal de Rio Maior. Referindo-se a todas as atividades quer no Jardim Municipal, quer nas Ruas da Cidade, Avenidas e Parque do Rio, onde a presença do Natal é efetiva e sabiamente o concelho de Rio Maior respondeu ao apelo de redução do consumo energético, sendo as iluminações ligadas por volta das 18 horas e desligadas pelas 00 horas, dizendo que o comércio precisa daqueles estímulos. -----

----- Referiu-se à iniciativa da Junta de Freguesia de Rio Maior, com a entrega de cabazes de Natal a famílias carenciadas, iniciativa à qual se dá continuidade com o apoio dos serviços sociais da Câmara Municipal de Rio Maior e das Industrias de Carnes Nobre. -----

----- Terminou, dizendo que na qualidade de autarca fará sempre todo o possível para fazer sempre mais e melhor pela população e nessa qualidade deseja a todos um Santo Natal e um próspero ano de 2023. -----

----- **Deputada, Telma Sofia Agostinho Faria.** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa da sua Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção por referir que o respeito pela história e tradições, do seu ponto de vista, são um barómetro da qualidade de vida das populações, dado que só homenageando o passado se consegue almejar o futuro e nesse sentido congratulou o Município por em parceria com a Federação Portuguesa dos Jogos Tradicionais, o Instituto Português do Desporto e Juventude e o Instituto Politécnico de Santarém, realizaram no passado mês de outubro as primeiras Jornadas Internacionais Técnicas e Científicas de Jogos Tracionais, em Rio Maior, promovendo a prática e preservando a história e as regras dos jogos que tão bem espelham a vida das comunidades. A iniciativa teve a participação de cerca de 60 formandos e 120 participantes nas conferências. -----

----- Mais salientou que, em parceria com a Associação para a Defesa do Património Mineiro Industrial e Arquitetónico, durante o mês de novembro realizaram-se as 2ºs Jornadas Internacionais "Memórias do Carvão", tendo a cidade de Rio Maior acolhido



Handwritten signatures and initials: a large signature, 'cu', and 'CL'.

promitentes figuras académicas na área do património, da conservação e restauro de infraestruturas industriais. Disse que a Mina foi à época um fator de desenvolvimento do concelho de Rio Maior, trazendo população conhecimento e novos costumes. Fez votos que no futuro se consiga requalificar aquele espaço devolvendo-o à comunidade. Deixou um bem-haja a todos aqueles que possibilitaram a realização dos eventos que tão bem promovem o concelho de Rio Maior. -----

----- Terminou desejando a todos um Feliz Natal e um excelente Ano de 2023. -----

----- **Deputado, Pedro Alexandre Vicente Henriques.** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa da sua Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção por desejar a todos Boas Festas. -----

----- Disse que a sua intervenção serve para alertar para o nível de degradação do pavimento em muitas Ruas da cidade de Rio Maior, dizendo ser um assunto já abordado no passado, contudo disse que deve ser reforçado, apesar de algumas intervenções por parte do Município, constata-se que as mesmas são manifestamente insuficientes e insatisfatórias para o estado em que as vias se encontram. Em concreto, na via que atravessa a Asseiceira e acreditando que o estado da mesma se prende com o aumento do fluxo de viaturas face ao desvio resultante da intervenção da IP (Infraestruturas de Portugal) no IC2 (Itinerário Complementar), pelo que gostaria de indagar junto da Executivo Municipal se a IP assume a responsabilidade das reparações inerentes, como lhes parece razoável que assim aconteça. -----

----- Por fim terminou com um assunto pelo qual o Partido Socialista de Rio Maior, se tem debatido, nomeadamente a construção de uma nova rotunda no acesso norte da Cidade de Rio Maior, tendo em conta a intervenção em curso no IC2, considerando ser este o momento oportuno para reforçar aquela posição junto da IP, contudo salientou terem presentes as limitações técnicas existentes, mas é-lhes difícil imaginar como aquele acesso continua a ser ignorado, quando para mais estão a ser construídas 5 rotundas a norte do concelho. Assim, disse que o Município deve envidar todos os esforços possíveis junto da IP, para a construção de um novo acesso. E esgotados todos os esforços e na impossibilidade de construção do novo acesso, seja por falta de provimento da IP, seja por motivos de ordem técnica, então sugere que se avance com uma requalificação total da rotunda existente, nem que para isso e com a devida anuência da IP, o Município assumira essa responsabilidade. -----

----- **Deputado, Filipe Montez Coelho Madeira.** -----



Handwritten initials: BA, au, 4L

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa da sua Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção dando conta do resultado de uma candidatura apresentada pela Câmara Municipal de Rio Maior ao Programa “Fundo Ambiental” do Ministério do Ambiente, com a substituição, por parte da Autarquia, de viaturas ao serviço da ARS (Administração Regional de Saúde), por duas novas viaturas elétricas para servir o Concelho de Rio Maior, como unidades móveis de saúde, no apoio domiciliário, salientando que o ato simbólico de cedência ocorrera nas comemorações oficiais do passado dia 6 de novembro (Feriado Municipal), felicitando o Executivo pela sua dinâmica e oportunidade em torno das candidaturas que vão sendo disponibilizadas.-----

----- Deu conta da eleição do Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior, como vogal do novo Conselho Geral da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo – CCDRLVT, no passado dia 29 de novembro do ano corrente, salientando que a eleição de um representante de Rio Maior é reconhecidamente muito importante para Concelho, visto ser naquela entidade que algumas das principais decisões são tomadas, a nível do planeamento, desenvolvimento, coordenação de políticas ambientais e de ordenamento de âmbito regional, entre outras. Mais disse que a atuação das Comissões de Coordenação Regional é fundamental na gestão dos programas dos fundos europeus, assim a bancada da coligação “Juntos pelo Futuro” felicita o Presidente da Câmara, desejando as melhores felicidades na execução do mandato para o qual fora eleito. -----

----- **Deputada, Dra. Maria José Gonçalves Lopes Barra.** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa da sua Presidente e a todos os presentes e fez votos de boas Festas. -----

----- Disse aproveitar o momento para colocar três questões, sendo a primeira de ordem administrativa e que se prende com as declarações de voto proferidas aquando das votações de alguns assuntos, em sede de reuniões do Executivo Municipal, e que posteriormente são submetidos à Assembleia Municipal, salientando que consta da presente ordem de trabalhos vários assuntos para deliberação da Assembleia Municipal, acompanhados pelas Certidões e pelas respetivas propostas aprovadas em Reunião de Câmara, sendo que nesses documentos é indicado o sentido de voto da proposta e se foram ou não apresentadas declarações de voto, sobre o conteúdo dessas declarações de voto nada é dito, concluindo resultar uma falha de informação quanto



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]

aos fundamentos de determinado sentido de voto. Contudo salientou que à data de realização da reunião da presente Assembleia Municipal, ainda não se dispôr da Ata da respetiva reunião de Câmara em que aqueles assuntos foram submetidos a votação. Assim, referiu que, para uma melhor e mais esclarecida informação, para além da indicação sobre as votações, as referidas Certidões deverão conter expressamente as declarações de voto, pois elas fazem parte integrante da Ata. -----

----- Referiu-se na sua intervenção à higiene urbana, nomeadamente no quanto à recolha de resíduos urbanos recicláveis ou não, salientando que a limpeza da cidade nem sempre é a mais cuidada, e no que concerne à recolha dos resíduos por vezes é chocante, dizendo que se vê com alguma frequência nas Ruas e Praças lixos depositados junto aos contentores por estes já se encontrarem cheios, claro que as situações expostas envolvem também alguma falta de civismo, mas também por falta de uma recolha tão frequente quanto necessária. Na quadra natalícia que se avizinha em que a produção de lixo urbano aumenta, embora respeitando os direitos dos trabalhos afetos a essas áreas a festejar a quadra em questão, os serviços de recolha deveriam ser reforçados por forma a evitar-se situações degradantes como as que por vezes se verificam na cidade, inclusivamente na Praça da Republica que deveria ser a sala de visitas de Rio Maior. -----

----- A terceira e última questão refere-se ao património mineiro, acerca do qual decorre uma ação administrativa judicial contra o Município de Rio Maior, intentada pela empresa EICEL (Associação de Defesa do Património Mineiro e Industrial e Arquitetónico), a qual pretende com a ação a prática de ato administrativo para classificação do conjunto edificado, que é composto pela fabrica de “briquetes” e pelo plano inclinado da Mina do Espadanal, como património de interesse municipal. Salientou que o processo decorre desde o ano de 2012, sem que haja decisão final, dizendo que o Município se opôs àquela classificação, pois ela implicaria que o referido património integrasse o património publico municipal, dado o arrastar da situação e os anos decorridos, questionou se a posição manifestada pelo Município se mantém relativamente ao pedido do autor da ação e caso o referido complexo se mantenha no domínio privado municipal, qual o destino a dar àquele património. Questionando pelo que se preconiza instalar naquele espaço, qual a ação ou ações a realizar para a sua manutenção e naquele sentido, questionou ainda, qual a situação da Chaminé da Mina, tendo em conta que o Presidente da Câmara numa das últimas reuniões da Assembleia Municipal disse que a mesma teria sido objeto de uma peritagem e que iria ser



[Handwritten signatures and initials]

submetida a uma outra.-----

- Deputada, Fabiana Marcela Neves do Carmo. -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa da sua Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção por referir, que após dois anos de interrupção, o Município de Rio Maior voltou a comemorar o seu Feriado Municipal homenageando os que melhor se distinguiram e promovendo um programa de atividades para toda a população, o qual possibilitou a participação dos 8 aos 80 anos, enchendo a cidade de alegria e movimento, considerando que a cidade de Rio Maior ficou mais rica naqueles dois dias de comemoração, as Ruas, Praças e Jardins encheram-se de crianças com as suas famílias para experimentarem as diferentes modalidades desportivas, proporcionadas pelas Associações e Clubes Desportivos locais, permitindo a pratica das suas modalidades e a captação de novos atletas. Verificou que a satisfação dos participantes foi muito elevada e considerou que deverá ser uma atividade a incrementar e a desenvolver mais vezes ao ano, desafio que lançou ao Presidente da Câmara. Reportara-se ao encontro de idosos com a realização de um almoço convívio, dizendo que a satisfação espelhada no rosto dos idosos no decorrer da atividade diz tudo acerca da importância do mesmo. Assim, agradeceu ao Município, às Associações, Clubes Desportivos, dirigentes, treinadores e atletas e a todos os que contribuíram para sucesso das Comemorações do dia 6 de novembro, fazendo votos para que no próximo ano se consiga manter ou aumentar o já tão elevado grau de satisfação dos Municípes.-

----- Parabenizou, também, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior pela comemoração dos seus 130º Aniversário, durante os quais prestaram serviço a Rio Maior e aos riomaiorenses, ficando o sentido de gratidão por estes homens e mulheres que na sua maioria encaram uma missão tão difícil e tão nobre. -----

----- Referiu-se à aprovação do Orçamento Participativo Jovem, pelo 7º ano consecutivo, iniciativa que proporciona aos jovens riomaiorenses a possibilidade de apresentarem projetos, que por sua vez são votados pelos seus pares e implementados pelo Município no ano seguinte, salientando que na sua opinião os orçamentos são uma importante ferramenta governativa pois promovem a participação dos jovens, proporcionam importantes reflexões sobre o conceito de democracia, credibilizam a ação política e os processos educativos e formativos de cidadania nos mais jovens, dizendo que no corrente ano foram a votação 8 projetos, tendo saído vencedor o projeto referente à instalação de tabelas de basquetebol no Jardim Municipal. Assim, saudou



LB
C
CFC

todos os que apresentaram propostas, pois prescindiram do seu tempo pessoal para propor projetos para os seus pares e parabenizou o proponente do projeto vencedor. --

----- Finalmente desejou a todos os presentes Boas Festas. -----

----- **Deputado, Luis Manuel Duarte Morais (em substituição de Ana Carla Violante Ferreira).** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa da sua Presidente e a todos os presentes. -----

----- Na sua intervenção dirigiu-se ao Presidente da Câmara referindo que na Estrada de Fonte Longa – Alcobertas, na localidade de Barbines, existe um abatimento de alcatrão à já alguns anos, provocado por causas naturais e que estão a causar problemas em algumas habitações, situação que se encontra sinalizada, contudo o problema não está resolvido, alertando para o facto de ser necessária intervenção, o que veio a agravar com as ultimas chuvas, questionando pelo ponto de situação. -----

----- Referiu-se ao saneamento básico na Freguesia Alcobertas, disse que na segunda metade da década de noventa, a freguesia fora contemplada com saneamento básico em praticamente metade do território, aguardando-se pela outra metade, decorridos vários anos, salientando já terem passado vários executivos, não tendo sido aquele investimento uma prioridade e que o programa eleitoral da maioria camarária, também não se mostra muito ambicioso naquela área, questionando assim, o Presidente da Câmara, se efetivamente a população da freguesia de Alcobertas irá ser contemplada com saneamento básico no presente mandato. -----

----- Reportara-se ao subsidio atribuído à Associação de Fonte Longa e na qualidade de natural daquela localidade e tendo pertencido àquela Associação durante 20 anos, como Presidente, durante dois mandatos, não quer deixar passar a oportunidade de agradecer e reconhecer o apoio, sem o qual seria impossível realizar as obras que são necessárias. -----

----- **Deputado, André Filipe Ferreira Duarte.** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa da sua Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção por se referir à época natalícia, momento em que as famílias se reúnem, realçando o investimento feito pela Câmara Municipal no Centro de Dia de Sourões, em Alcobertas, dizendo que a requalificação e ampliação das instalações permite prestar melhor cuidados aos utentes que marcam presença física



[Handwritten signatures and initials]

no espaço, mas também aos que recebem visitas no seu domicílio por funcionários do mesmo Centro. -----

----- Realçou, também, a continuidade do apoio ao associativismo e a realização do primeiro encontro do associativismo riomaiorenses, considerando o mesmo importante para formar as associações e os clubes do concelho, edição que contara com oradores do IPDJ (Instituto Português do Desporto e Juventude) os quais partilharam a sua experiência nos projetos que desenvolveram, explicando os processos de candidatura, dando desta forma ferramentas às direções dos clubes e associações para no futuro seguirem os seus exemplos. -----

----- Salientou que o apoio financeiro ao movimento associativo continua a ser indispensável para a concretização de projetos. Realçou assim as obras de beneficiação da Associação de Sourões, onde os jovens daquela terra reabilitaram as instalações da antiga Escola Primária, usando aquele espaço para convívio, contando para isso com o apoio do Município. Finalmente, disse ver com agrado o investimento financeiro feito pelo Município de Rio Maior no movimento associativo e a confiança depositada na capacidade das pessoas/população para puderem desenvolver os seus projetos. -----

----- Terminou desejando Boas Festas a todos os presentes. -----

----- **Deputado, Joaquim Francisco Figueiredo Marcelino.** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa da sua Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção por questionar o Presidente da Câmara relativamente às comemorações dos 186 anos de elevação de Rio Maior a concelho e pelo facto do Município querer envolver todos os riomaiorenses nessa comemoração, distribuindo pela população do concelho 11 mil bandeiras com a heráldica do concelho, contudo a empresa contactada para essa distribuição, os CTT, não procederam à distribuição das mesmas como fora acordado com a Câmara Municipal de Rio Maior. Contudo disse ser do seu conhecimento que a Câmara Municipal já apresentara reclamação aos CTT e nesse âmbito, questiona se foi possível apurar o número de bandeiras que foi distribuído e como a maior parte não foi, se seria possível o reembolso do serviço que não foi prestado, ou seja, serviço que já com Iva incluído, terá rondado os cerca de 12 mil euros.

----- Referiu-se ao facto de existirem diversas caldeiras para a colocação de árvores, quer na cidade, quer no meio rural, contudo as mesmas não foram colocadas, dando com exemplo o facto de no meio rural as caldeiras terem sido suprimidas com a colocação de alcatrão até ao tronco das próprias árvores, situações que não permitem



[Handwritten signature]
eu
96

a gestão harmoniosa da colocação de árvores, sendo situações que não são agradáveis à vista.-----

----- Terminou desejando a todos e respetivas famílias, votos de boas festas. -----

----- **Deputada, Maria Beatriz Rodrigues da Silva.** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa da sua Presidente e a todos os presentes. -----

----- Referiu que por se estar a viver em época natalícia, aproveitou o momento para desejar Boas Festas a todos os presentes, e começou por apresentar uma ideia para enaltecer e cultivar o Natal no comercio local. Salientando que como é de conhecimento geral os comerciantes atingem o pique de vendas na época natalícia, no entanto também tem mais gastos, desde a compra de sacos, luzes e decorações de Natal, de forma a abrilhantar os espaços para promoção das compras. Salientou que o concelho tem muito espaços comerciais alguns já sediados há vários anos, tornando a cidade de Rio Maior mais cheia e fazendo as pessoas movimentarem-se. Referiu-se à disponibilização de sacos por parte do Município, bem como a decoração da cidade, classificando de muito importante. Assim, propôs um incentivo o comércio de uma forma diferente da utilizada, nomeadamente, com a existência de um cartão, onde cada comerciante colocaria um carimbo e/ou autocolante e no preenchimento total do dito cartão, ou até metade do mesmo, iria equivaler a um cabaz, pretendendo desta forma que as compras no comercio local fossem uma recompensa, ou seja, as pessoas seriam recompensadas por investirem no comercio local, levando no fim um cabaz alimentar ou outro, o que se tornaria também um apoio às famílias. Deu como exemplo se uma pessoa carimbar o cartão 15 vezes, ou tiver 15 autocolantes, significa que comprou 15 vezes no comércio local, sendo compras grandes ou pequenas, serão sempre feitas localmente. Os cartões de papel seriam distribuídos pela Câmara Municipal e seria feita publicidade da recompensa que se iria obter ao fazer as compras no comércio local. ---

----- **Deputada, Cristina Maria Carrilho Ferreira.** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa da sua Presidente e a todos os presentes, desejando a todos e às respetivas famílias um feliz Natal e um excelente ano de 2023. -----

----- Iniciou a sua intervenção dizendo que Rio Maior, “Cidade do Desporto” está à data mais viva do que nunca, aquela evidência é fruto da forte e inequívoca aposta do atual Executivo Municipal e do anterior, no seu esforço e empenho em levar a cidade de Rio Maior, através do desporto, cada vez mais longe. Assim, elencou alguns dos últimos



acontecimentos, nomeadamente, a realização do Torneio de Atletismo das Freguesias, referindo-se ao justo reconhecimento que se faz em vida, ao Professor Jorge Miguel, tendo agora aquela prova o seu nome, mas também o facto de no corrente ano terem sido incluídas atividades envolvendo as famílias. -----

----- Referiu-se, ainda à visita do Comité Paraolímpico Brasileiro, no passado mês de setembro e recordou que o Rio Maior Sportcenter, tem sido uma verdadeira casa para os melhores atletas brasileiros, incluindo os do desporto adaptado. -----

----- A cidade de Rio Maior foi distinguida e reconhecida como prémio “Município amigo do Desporto”, tendo-se realizado no mês de novembro a III Gala do Desporto, onde foram homenageados os melhores do concelho, entre atletas nas suas diferentes modalidades, associações, entidades, treinadores, dirigentes e prémio carreira figura desportiva. Mais disse que nos dias 5 e 6 de novembro comemorou-se o 30^a aniversário do Complexo das piscinas de Rio Maior, com a realização de diversas atividades e com a inauguração de uma exposição que mostra o que foi a sua evolução nos últimos 30 anos de existência. -----

----- Reportou-se à visita dos Secretário de Estado da Juventude e do Desporto à Escola Superior de Desporto de Rio Maior, ao Centro de Estágios e ao Complexo das Piscinas Municipais. -----

----- Mais salientou que o Comité Paraolímpico Português distinguiu a Desmor, E.M. com o prémio “Inclusão pelo Desporto”, importante distinção que é o reconhecimento da empresa Municipal como um dos locais de eleição do comité para a preparação dos seus atletas. -----

----- Realizou-se ainda a assinatura do Protocolo de Cooperação com antigas atletas olímpicas, o qual permite o reconhecimento e o mérito daqueles, pelo legado que deixam ao país, mas também o importante contributo na inspiração e reconhecimento que constituem para os jovens que veem nos valores do desporto um caminho de valorização pessoal e social fundamentais para o sucesso futuro. -----

----- Para terminar referiu que fora renovado o protocolo de cooperação entre o Município de Rio Maior, a Desmor, E.M. e o Comité Olímpico de Portugal, o qual fomenta e promove a preparação olímpica e o desporto de alto rendimento em Rio Maior, acrescentando ser um caminho já com cerca de 20 anos e a sua recente renovação reveste-se de extrema importância para Rio Maior, dado que permite ser uma referência no desporto a nível nacional, permitindo aos atletas o uso diário de instalações e serviços de desporto, medicina, fisioterapia, psicologia, alojamento, refeições entre



cu
cfc

outros. Reforçando, novamente, “Rio Maior Cidade do Desporto” encontra-se à data mais viva do que nunca. -----

----- **Deputado, Carlos Jorge Coelho Neto.** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa da sua Presidente e a todos os presentes, desejando a todos e às respetivas famílias um feliz Natal e um excelente ano de 2023. -----

----- Disse que a sua intervenção não é tanto de âmbito local, mas sim nacional e por achar ser um assunto que tem alguma pertinência, referindo-se ao anúncio do apoio extraordinário, dado pelo Governo e anunciado pelo Sr. Primeiro Ministro com muita “pompa e circunstância”, no valor de 240,00€ a atribuir a 1 milhão de famílias carenciadas, o que pode significar um apoio a pelo menos dois milhões de pessoas, disse sentir-se chocado na qualidade de cidadão, dado ser totalmente contra o apoio, não na sua substância, dado concordar com a ajuda a pessoas carenciadas. Disse que o anúncio não deve deixar ninguém orgulhoso, num país que se vangloria por crescer acima da média europeia, num país que apesar disso caminha para o último lugar da Europa, um país que gastou 3 mil milhões de euros numa companhia aérea falida, um país que gastou 8 mil milhões de euros num banco falido, um país que vai gastar 3 mil milhões de euros numa energia limpa (hidrogénio), dizendo que é este o país que vai apoiar 1 milhão de famílias carenciadas em 240,00€. Concluindo disse, que aquela é uma ajuda própria de um país socialista, que nivela a qualidade de vida do seu povo por baixo, onde redistribui a pobreza por muitos à custa da depauperada classe média que produz e que trabalha. Que produz riqueza e que paga cada vez mais impostos. Assim, terminou dizendo que nesta época que se atravessa deixa este pensamento para os demais. -----

----- **Deputado, Luis Henrique Silva Bento.** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa da sua Presidente e a todos os presentes, desejando a todos e às respetivas famílias um feliz Natal e um excelente ano de 2023. -----

----- Referiu-se às intempéries e aos estragos provocados nas Marinhas do Sal de Rio Maior, Ex-libris do concelho, informando que a CDU visitara aquele local no passado fim-de-semana, verificando “in loco” a queda do muro, tendo alguns comerciantes relatado o fato de terem sofrido com inundações nas suas lojas. Assim, aproveitou para questionar o Município se estão previstas algumas medidas de apoio para os salineiros, para a Cooperativa do Sal, para as empresas e para as famílias que foram afetadas



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

pelo mau tempo que se fizera sentir. -----

----- Mais referiu que, aquando da deslocação às Marinhas do Sal, tiveram a oportunidade de verificar que o painel digital que se encontra junto ao Posto de Turismo está ligeiramente desatualizado, dizendo que se possível seria de melhorar o aspeto.--

----- Mais questionou pelo ponto de situação do processo que qualificação das Salinas de Rio Maior como património de interesse nacional, proposta apresentada pelo PCP e aprovada em Assembleia da Republica, e ainda, qual o ponto de situação em relação às medidas que a Câmara teria que tomar para avançar com o processo.-----

----- Solidarizou-se com as declarações do Deputado Luis Morais, na qualidade de alcobertense e como eleito do presente órgão, dizendo que de facto a falta de saneamento básico é um problema sentido por todos, principalmente na sua freguesia, Alcobertas, solicitando ao Presidente da Câmara o ponto de situação relativa à falta de saneamento básico em parte daquela freguesia. -----

----- Em relação à Creche de Malaqueijo referiu que o mau tempo tem agravado a situação, tendo provocado mais infiltrações causando humidades, podendo provocar graves problemas de saúde às crianças que passam horas naquele local, bem como, aos trabalhadores daquela escola, questionando pelo ponto de situação da obra e se estão previstas algumas medidas excecionais para mitigação dos problemas apresentados. -----

----- Referiu, ainda, que em Assembleias anteriores solicitou ao Presidente da Câmara que respondesse por escrito a algumas questões, o que ainda não acontecera, dado que respondera na altura, contudo aguarda resposta escrita. -----

----- Terminou dizendo que se está a terminar mais um ano e por essa razão solicita ao Presidente da Câmara que faça um ponto de situação em relação à empresa Depomor, S.A.-----

----- **Deputada, Anabela Costa Azenha.** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa da sua Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção por referir que muito se tem falado sobre turismo e o desenvolvimento do concelho de Rio Maior, dizendo ser um objetivo consensual, pois é urgente criar formas de atrair pessoas, sejam elas estudantes, empresários ou turistas. Reportou-se às Salinas de Rio Maior e ao facto daquele espaço necessitar de uma ação planeada, programada e urgente. As intempéries dos últimos dias e os danos provocadas pelas mesmas na Salinas de Rio Maior, obrigam a todos pensar naquele



Cu
CFC

local com o cuidado que merece, dizendo que para além de limpar e reparar tudo o que foi afetado de forma a não comprometer as atividades de Natal, nem a próxima safra de sal, dever-se-ia planear e programar as intervenções mais estruturantes e necessárias para aquele local em termos de futuro, sendo que as obras necessárias não deverão ser apenas de reparação, pois se assim for, o cenário repetir-se-á, com toda a certeza. Salientou ser este o momento certo, a oportunidade para a Câmara Municipal explicar aos Municípes qual o ponto de situação do Plano de Pormenor das Marinhas do Sal, pendente há já 13 anos e quais os avanços programados, supondo que existam partes do Plano que já se encontram definidas. Mais disse, parecer não existir um plano de ação entre todas as partes, situação que gera desagrado e em nada ajuda ao desenvolvimento daquele local como merece, salientando que o trabalho de cativar as partes e com elas planear é trabalho do Executivo Camarário, por isso afirmou, sem demagogias, que sem unir, planear, programar e definir papeis não se vai a lado algum e as Salinas vão-se adiando e entre luzes, tapetes e fotografias, fingindo-se que está tudo bem. Assim, apelou à Câmara Municipal, em nome do desenvolvimento cultural, artístico e em nome do desenvolvimento de Rio Maior, que se faça agora o momento. Apelou à visita aos Presépios de Natal, quer sejam de iniciativa municipal ou particular, os quais não foram afetados pelas intempéries e que muito dignificam quem os fez com arte e amor. -----

----- **Deputado, Tiago Filipe Francisco Santos.** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa da sua Presidente e a todos os presentes. -----

----- Referiu que no passado dia 18 de novembro do corrente ano, a Câmara Municipal de Rio Maior, recebeu o prémio “selo de serviços” de águas e resíduos, na vertente resíduos, a 22 de novembro recebeu o prémio “selo de serviços” de água e resíduos, na vertente de águas. Salientou que no caso dos resíduos, apenas 15 entidades a nível nacional receberam aquela distinção, o que demonstra o patamar em que se encontra a Câmara Municipal de Rio Maior e a qualidade de serviços prestados e a excelência da qualidade da água. Prémios atribuídos pela ESAR, Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, que pretendem ser um estímulo à melhoria dos serviços prestados promovendo a procura da excelência. Entidade reguladora que aplica com rigor os seus critérios, o que lhe confere grande prestígio, razão pela qual os prémios têm um valor acrescido que a todos devem deixar orgulhosos pelos serviços prestados às populações. Mais disse, que a excelência agora premiada é resultado do



[Handwritten signature]
cu
9c

profissionalismo dos serviços, mas também do planeamento e do rigor por parte da Autarquia, áreas em que a Câmara Municipal sabe perfeitamente onde está, o que tem de ser feito, a qualidade dos serviços que presta, fruto de um planeamento de gestão de qualidade, contrariamente ao que se tem sido divulgado, prova disso os prémios atribuídos pela ERSAR. -----

----- Reportou-se às comemorações do dia 25 de novembro, na cidade de Rio Maior, realçando o assinalar daquela data. Sabendo que a revolução de abril trouxe a libertação de uma ditadura, é graças ao 25 de novembro que se implementa a verdadeira democracia. -----

----- Por ultimo deu nota de uma reunião que ocorrera na CIMLT (Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo) na qual o Grupo Municipal da coligação teve a possibilidade de questionar o Presidente da CIMLT, sobre o ponto de situação da criação da nova NUT II (Nomenclatura das Unidades Territoriais) que envolve as NUTs da Lezíria, Médio Tejo e Oeste, dado que os respetivos Presidentes estiveram em Bruxelas para promoção da região. Contudo por proposta do governo, avançou apenas a criação da NUT de Setúbal e as NUTs de interesse para a região não foram alteradas.

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- O Presidente da Câmara referiu que, como vem sendo hábito, irá responder às questões que lhe foram colocadas pelos Srs. Deputado de uma forma direta e por ordem de intervenção. -----

----- Começou por responder às questões agradecendo ao Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de São João da Ribeira e Ribeira de S. João, dizendo que é missão da Câmara Municipal resolver os problemas das suas freguesias, dizendo que a Rua 8 de Setembro tinha os seus problemas identificados e fora sempre intenção da Câmara resolvê-los de uma vez, requalificando todos os serviços básicos, tendo sido o selar de um compromisso feito em três fases de todo o torço da estrada, entre a povoação de Escusa e Cabeça Gorda, trabalho que fora realizado com muita qualidade. Agradeceu também a participação da freguesia na realização dos trabalhos daquela obra, sempre que fora necessário. Quanto às salas da catequese a Câmara também era conhecedora das condições, dizendo que o contributo da Câmara é também o




CU
CPC

reconhecimento do serviço público que ali é prestado, tendo a freguesia tido um papel muito importante naquela execução, o que agradece. Quanto à empreitada de requalificação da Casa Poeta Ruy Belo, disse ter havido muitas dificuldades com o empreiteiro, tendo sido transmitido à Câmara Municipal, na última reunião realizada com o empreiteiro, que seria feita uma subcontratação que tem em vista o reforço de meios para execução da obra, afirmando que a Câmara não será tolerante com eventuais falhas que venham a ocorrer. -----

----- Agradeceu a intervenção da Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião, no que se referiu às comemorações do dia 6 de novembro e à realização do almoço sénior, acrescentando que o convívio com os idosos era urgente, dado que muitos deles só convivem e reveem outros seus pares com quem cresceram, naqueles momentos, dizendo ter tido a oportunidade de visitar todos as mesas, verificando com muito agrado que toda a gente apreciou o evento. -----

----- No que se refere à toponímia disse ter um problema administrativo naquela freguesia, nomeadamente problemas de comunicação, que se prendem com a não atualização da base de dados, outras freguesias terão um problema mais grave, sendo o caso da Freguesia de Rio Maior, onde insistem locais onde não foi atribuída toponímia e/ou número de polícia. -----

----- Salientou que o registo das edificações pelo Concelho de Rio Maior é um problema, com mais de quarenta anos, contudo está a ser paulatinamente resolvida, contudo não ao ritmo pretendido, nomeadamente, registo de furos, Escolas, Bairros Sociais, propriedades e imóveis que se encontram ainda em nome dos ex-proprietários, os quais ainda pagam IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), estando os Serviços de Património da Câmara Municipal a encetar todos os esforços no sentido de resolução daqueles registos, incrementando esse esforço. -----

----- Em relação aos Madeireiros e aos abusos dos mesmos, disse ser conhecedor da situação, alertando a todos que sempre que haja algum “atentado” ao património público, que se denuncie à GNR (Guarda Nacional Republicana), para que seja levantado um auto de ocorrência e a Junta de Freguesia pode fazer esse trabalho, salientando que enquanto Presidente de Junta de Freguesia apresentou à Câmara Municipal uma proposta, que não obtivera acolhimento na altura por não ter enquadramento legal, que consistia no facto de o proprietário que ordenasse o corte de árvores, tivesse que deixar na Câmara Municipal uma caução, para depois ser utilizada, ou não, na reposição dos caminhos rurais, proposta para a qual foi dada a explicação,



pelo Gabinete Jurídico da Câmara Municipal de Rio Maior, que não era exequível legalmente e entretanto a lei também não mudou. Reforçou, então, que é necessário denunciar aquelas situações à GNR para que aqueles serviços possam atuar. -----

----- Quanto aos Emails sem resposta, admitiu não ser caso único, contudo garantiu que irá envidar todos esforços, junto do seu Gabinete de Apoio, para que essas situações não se repitam e que pelas menos se acuse a receção do email, para tranquilidade de todos. -----

----- Quanto às intervenções relativas às intempéries que se tem vindo a verificar e aos estragos provocadas pelas mesmas, começou por responder ao Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões, dizendo que é responsabilidade do Município e da Proteção Civil o apoio às populações sendo ele próprio o responsável máximo em ambas as situações, reportando-se à capacidade e disponibilidades dos serviços, agradecendo a colaboração das Juntas de Freguesia e das populações, que em conjunto com os serviços da Câmara Municipal tentaram minimizar estragos, estendendo esse agradecimento às forças de segurança e socorro que estiveram envolvidas e que deram o seu melhor na proteção de pessoas e bens. -----

----- Quanto à reparação da estrada Charneca – Correias, disse que a mesma já foi medida que já foi quantificado os custos, existindo condições, para de uma única vez, e por fases, proceder à sua requalificação. -----

----- Quanto à estrada de acesso à A15 e sendo o esclarecimento válido para outras questões entretanto levantadas, informou estar a ser realizada a orçamentação para a realização de uma prospeção geológica à semelhança da estrada de Alcobertas, que implica uma execução mais cuidada e devidamente programada, estando a desenvolver-se trabalhos nesse sentido. -----

----- No que refere ao saneamento básico em Vale Marinhas, disse que o levantamento topográfico para que se possa estudar a implementação prévia do coletor está a ser desenvolvido. -----

----- Agradeceu a intervenção do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior, acrescentando quanto aos Centros Tecnológicos que na Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, composta por 11 Municípios, foram contemplados 4 com Centros Tecnológicos e que as Escolas de Rio Maior tiveram a capacidade de fixar 2 desses Centros Tecnológicos e isso revela a qualidade das candidaturas que foram submetidas e da capacidades de ação das escolas envolvidas, aproveitando momento para



parabenizar a Escola Secundária, Dr. Augusto Cesar da Silva Ferreira e a Escola Profissional de Rio Maior. -----

----- Agradeceu ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior o envolvimento nas atividades de Natal, levadas a cabo na Cidade de Rio Maior, agradecendo a todos os Senhores Presidentes de Junta todo o empenho em prol do desenvolvimento das populações, seja com decorações de Natal, seja com atividades para crianças, jovens e seniores. -----

----- Quanto à intervenção da Deputada, Telma Faria, reportara-se a uma atividade que foi desenvolvida em parceria com outras entidades e que culminara na realização das Jornadas Internacionais Técnicas e Científicas de Jogos Tracionais, levada a cabo em Rio Maior, atividade que através do conhecimento do povo trouxe muita riqueza cultural a Rio Maior.-----

----- Agradeceu a intervenção do Deputado, Pedro Henriques, dizendo que o nível de degradação da EN1, na povoação de Asseiceira é resultado do acréscimo de tráfego, em virtude do desvio de trânsito decorrente das obras de recuperação do IC2, situação que era do conhecimento de todos. Salientou ter sido negociado com as infraestruturas de Portugal, que durante toda a intervenção, a manutenção daquela via seria assegurada pelo empreiteiro a serviço da IP (Infraestruturas de Portugal), situação que tem vindo a ocorrer, informando que nos últimos dias foi realizada uma pavimentação para resolver o problemas da existência de buracos naquela estrada, portanto é uma situação que está a ser seguida de perto pela Câmara Municipal, no que se refere à compensação final, será esta de responsabilidade da IP, que será objeto de uma negociação conforme já acordado. No que se refere à rotunda de acesso norte à Cidade de Rio Maior, referiu que a intervenção do Deputado já vem atrasada, porque à 6 meses atrás, em conjunto com o Diretor de Obras Públicas, Equipamentos e Infraestruturas, da Câmara Municipal, deslocara-se, por 3 vezes seguidas, à IP em Almada, no sentido de tentar promover a construção da rotunda numa área superior e não no desnível inferior do IC2, o que resolveria algumas questões de trânsito, nomeadamente pesado e que com a construção da mesma, dar-se-ia mais dignidade à entrada norte no Concelho de Rio Maior, tema já abordado em reunião de Câmara e cuja intenção era do conhecimento de todos. Contudo explicou a razão pela qual a referida rotunda não pode ser executado nos termos proposto pela Câmara Municipal, nomeadamente, os IC (Itinerários Complementares) necessitam que todos os seus entroncamentos e/ou cruzamentos sejam desnivelados e não possam ocorrer à mesma cota do pavimento,



daí a existência de uma deslocação inferior, contudo o local destinando à rotunda não é considerado IC, mas sim EN 1 (Estrada Nacional 1), o que comportaria por lei a construção da rotunda a nível superior, sendo essa a argumentação apresentada pela Câmara Municipal ao IP, mas dadas as dificuldades apresentadas, a Câmara Municipal disponibilizou-se a fazer a obra. Portando da parte do Município não foi criada nenhuma dificuldade, mas a resposta obtida pelo IP, foi que por uma questão de segurança, não permitiam aquela construção, resposta que lhe desagradara profundamente. Assim, garantiu que a rotunda existente será requalificada, contudo não deixará de lutar pela construção da rotunda a um nível superior, porque lhe parece dar melhor qualidade àquela via. -----

----- Agradeceu a intervenção do Deputado, Filipe Madeira, dizendo que o Município há alguns anos a esta parte tem apoiado o Serviço Nacional de Saúde através da cedência de viaturas ao ACES Lezíria (Associação de Centros de Saúde) o que permitiu um serviço de proximidade com a população, prestando cuidados de saúde ao domicílio, sendo os últimos veículos cedidos, automóveis elétricos, adquiridos através da candidatura ao fundo ambiental. -----

----- Quanto à sua eleição enquanto vogal do Conselho da CCDRLVT, agradeceu as palavras e disse que assume com vontade e responsabilidade a nomeação, salientando estar mais próximo dos centros de decisão e com isso poder trazer melhores condições, quer para o Concelho, quer para o Distrito de Santarém. -----

----- No que se refere à questão colocada pela Deputada, Dra. Maria José Barra, disse a mesma não está de acordo com a lei aplicada, dado que as declarações de voto fazem parte integrante da Ata, assim as declarações de voto em causa, fazem parte de uma Ata que ainda não foi aprovada pelo órgão executivo, em sede de reunião de Câmara, as Certidões são excertos das decisões tomadas e aprovadas em minuta, no final das reuniões para que possam ter efeitos imediatos. -----

----- Quanto à recolha de resíduos urbanos foi reconhecida pela entidade Reguladora (ERSAR) como das 15 melhores do país, distinção quem em muito orgulha o Município, contudo existe o compromisso de continuar a fazer melhor. Salientou que a recolha de resíduos é diária na cidade de Rio Maior, a falta de civismo acontece, situação difícil de combater, dando como exemplo situações que acontecem pela cidade, nomeadamente na Praça da Republica onde o papelão está vazio e os utilizadores não esmagam as caixas para as colocarem nos locais certos, sendo muito difícil agir contra aquelas situações, desenvolvem-se ações, nomeadamente, junto dos comerciantes para que



cu

qk

possam ter uma prática mais correta, mas isso nem sempre é possível de concretizar. -
----- Quanto ao património mineiro, disse que a ação em Tribunal foi colocada, mas ainda não existe pronuncia, aguardando-se pela mesma. Quanto ao local, referiu ser necessário um projeto que preveja a sua musealização, permitindo condições de visita, ou seja, que preveja a recuperação patrimonial, para isso conta-se com EICEL, que para além do Município é a entidade mais preparada para contribuir na elaboração do projeto, sendo objetivo a Câmara, que assim que estiverem reunidas as condições, sejam financeiras, sejam de financiamento, proceder à realização de um projeto que possa ser agregador e conservador daquele edificado, esse é o seu compromisso político, desenvolver com a comunidade riomaiorense a valorização do património ali existente. Quanto à Chaminé da Mina, foi feita uma inspeção por parte de uma empresa contratada pela Câmara, no sentido de requalificar ou melhorar o revestimento daquela infraestrutura, tendo a empresa percebido que aqueles trabalhos não estavam ao seu alcance, não tendo feito qualquer cobrança de valor pelos trabalhos de inspeção, dizendo que o Município está com alguma dificuldade em encontrar uma empresa que se responsabilize por aqueles trabalhos, dada a altura da Chaminé, não sendo atualmente o momento certo dadas as condições climatéricas, não obstante a Unidade de Obras Públicas, Equipamentos e Infraestruturas está a avaliar a situação, comprometendo-se dar conhecimento à Assembleia Municipal do andamento de todo o processo.-----

----- No que se refere às comemorações do Feriado Municipal, agradeceu a intervenção da Deputada, Fabiana do Carmo e aproveitou a oportunidade para agradecer às Associações e Clubes do Concelho, nas pessoas dos seus dirigentes e atletas, os quais participaram ativamente nas comemorações e que assim deram outro brilho à cidade. -

----- Agradeceu, igualmente, à Associação de Bombeiros Voluntários de Rio Maior quanto à comemoração dos seus 130 anos de existência. -----

----- Quanto ao Orçamento Participativo Jovem, disse já se encontram em execução dois dos projetos apresentados, nomeadamente o Parque de Arbóreo junto às Piscinas e a construção do Campo de Basket 3X3. -----

Agradeceu as intervenções do Deputado, Luis Morais, salientando quanto à estrada referenciada que está a ser feito um estudo geológico para perceber a que profundidade existe material rochoso, para puderem ser ancoradas estacas, dizendo ter havido recentemente um deslizamento na Barreira da Mata, local onde vai ser feita uma prospeção geológica, acreditando que esteja ali um problema de difícil resolução,



contudo o Município irá intervir dentro das suas competências. -----

----- Quanto aos apoios dados às Associações, disse que tudo o que a Câmara puder fazer fará dado o trabalho que aqueles entidades desenvolvem junto das populações, referindo que apoio dado a Fonte Longa foi um esforço grande dado o montante, mas as condições do imóvel exigiram uma atenção imediata, tratando-se de uma obra muito robusta e sabendo das dificuldades daquela Associação e tendo a Câmara interdito a sua utilização, por questões de segurança, acredita que estão reunidas as condições para fazer um bom trabalho ajudando aquela comunidade. No que se refere ao saneamento básico naquela povoação, bem como, em todo o Concelho, é intenção da Câmara Municipal continuar a fazer investimento, o qual já se encontra refletivo no orçamento que vai ser presente à Assembleia Municipal na presente sessão. -----

----- Quanto à intervenção do Deputado André Duarte, agradeceu dizendo que fora com muito gosto que se apoiara as obras do Centro de Dia de Chourões, em cerca de 50 000,00 €, ou seja 10% da totalidade do investimento, o que fez com que a entidade promotora da obra, num financiamento de 85%, tenha apenas de custear 5% do valor total, apoios que são dados pela Câmara quando se reconhece a grande mais valia que trazem ao concelho de Rio Maior, tendo sido o caso em apreço. -----

----- Quanto aos encontros do movimento associativo reportou-se à sua importância, pois permitiu dar ferramentas e conhecimentos aos dirigentes associativos, para poderem desenvolver programas de apoio e apresentar candidaturas. -----

----- Agradeceu a intervenção do Deputado, Joaquim Marcelino e disse ter sido feita reclamação aos CTT quanto aos problemas de distribuição das bandeiras, dizendo não dispor do número exato de bandeiras distribuídas, dado que foram feitas algumas distribuições durante o fim-de-semana, classificando o serviço prestado como péssimo. Salientou, ainda, que aquando da contratação do serviço aos CTT foi transmitido à Câmara Municipal que necessitariam apenas de uma semana para fazer a distribuição, assim, as bandeiras foram entregues com três semanas de antecedência em relação ao acordado, para não existirem atrasos, situação que, infelizmente, não fora evitada. Quanto ao valor de custo da atividade, disse que os 12 000,00€ englobaram todo o processo, nomeadamente a concessão e envelopagem, bem como a sua distribuição, que teria o custo "per si" de 900,00€. Quanto às bandeiras não distribuídas disse que o Município irá proceder à sua recuperação e a iniciativa será retomada. -----

----- Quanto às caldeiras para colocação de árvores, disse existirem centenas que se encontram despovoadas, dado que as árvores não se desenvolveram, porque o serviço



fora mal feito, as mesmas foram plantadas em cima de tout-venant. Contudo a Câmara adotou a medida, de que, por cada árvore que se abata, se plante dez, dando como exemplo algumas arvores que terão de ser abatidas na cidade por questões de segurança, ou seja, pretende-se adotar uma politica verde e de promoção de boas práticas ambientais. Deu ainda conhecimento de estar a ser elaborado um plano de ação relativo às plantações de árvores, sendo dada prioridade às caldeiras que se encontram vazias. -----

----- Agradeceu a excelente intervenção da Deputada, Maria Beatriz Silva dizendo que gostaria de marcar uma reunião para que em conjunto possam discutir a proposta apresentada, pois parece-lhe ser muito interessante. -----

----- Agradeceu a intervenção da Deputada, Cristina Carrilho dizendo terem sido muitos os eventos relacionados com o desporto, reportando-se, nomeadamente, à homenagem ao Sr. Jorge Miguel, com a atribuição do seu nome aos torneios das freguesias, funcionário da Câmara Municipal durante muitos anos e grande promotor do desporto a nível concelhio, regional e nacional. Destacou, ainda, a confiança depositada no Município pelos parceiros nacionais, nomeadamente o Comité Olímpico, o Comité Paraolímpico, a Associação dos antigos atletas olímpicos e o IPDJ (Instituto Português do Desporto e da Juventude), como parceiros de eleição para as suas atividades, situação que deveria honrar a todos. -----

----- Quanto intervenção do Deputado, Carlos Neto disse que a mesma é a manifestação da sua opinião pessoal. -----

----- No que se refere à intervenção do Deputado, Luis Bento agradeceu, dizendo quanto às intempéries que foi feito o levantamento dos danos públicos, dando conta do facto da comunicação social ter avançado com a noticia de que o governo queria inventariar todos os danos causados até final do corrente ano, contudo ainda não existe informação oficial para poder remeter essa informação. Saliu que o Concelho de Rio Maior não fora muito afetado, dado que as linhas de água não estavam muito saturadas e que permitiu uma melhor absorção da pluviosidade. -----

----- Quanto ao caso particular das Marinhas do Sal, a zona do largo tem algumas dificuldades a nível do escoamento de água, situação que terá de ser corrigida quando se proceder à reparação da estrada, contudo disse ter sido uma situação extrema de mau tempo que ocorrera nos últimos dias. Contudo em relação a outros danos que ali se verificaram, disse ser necessário corrigir algumas situações, contudo as intempéries são imprevisíveis e não há nenhum sistema que consiga dar resposta, contudo existem



deficiências que precisam de ser corrigidas. -----

----- Quanto à questão do painel informativo agradeceu o alerta, dizendo que irá dar indicação aos serviços para que atualizem a informação. -----

----- Quanto à classificação das Marinhas do Sal como património nacional, disse ser uma proposta da Assembleia da Republica, não sabendo do ponto de situação terá de indagar, dando indicação ao Chefe de Divisão da Unidade de Desporto, Cultura e Turismo para obter essa informação para posteriormente informar o Deputado. -----

----- Quanto à Creche de Malaqueijo tem boas novidades, dizendo já estar assinado o contrato e a obra irá iniciar dentro em breve. -----

----- Quanto às respostas por escrito que se encontram em falta, lamentou o sucedido, mas como a resposta foi dada oralmente, não registou o facto de a ter solicitado por escrito. -----

----- No que se refere à solicitação do ponto de situação da Depomor, S.A., disse que irá dar essa informação por escrito. -----

----- Agradeceu as questões colocadas pela Deputada, Anabela Azenha, dizendo que o investimento nas Marinhas do Sal tem sido continuado ao longo dos últimos 3 anos, tendo o mesmo sido superior ao que fora feito nas últimas 3 décadas, considerando não ser suficiente dado tratar-se do “Ex libris” do Concelho e por essa razão tem de haver uma continuidade. -----

----- Agradeceu a intervenção do Deputado, Tiago Santos e pediu autorização à Presidente da Assembleia Municipal para que o Vereador João António Lopes Candoso pudesse intervir para proceder a esclarecimentos relativos ao ponto de situação do Plano de Pormenor das Marinhas do Sal, autorização que fora concedida. -----

----- O Vereador João António Lopes Candoso interveio dizendo que todo o processo de elaboração do Plano de Pormenor das Marinhas do Sal iniciara com o Partido Socialista na Câmara Municipal. Disse que aquele plano é fundamental para as salinas e visa três objetivos, nomeadamente, ordenamento, preservação do património e mobilidade, tendo sido no de 2020 que a Câmara apresentou à CCDRLVT (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento de Lisboa e Vale do Tejo) a proposta de Plano de Pormenor para as Salinas de Rio Maior, a partir desse momento as várias entidades (mais de 20) emitiram os seus pareceres, uns favoráveis, outros desfavoráveis, iniciando-se a concertação entre as entidades, sendo esse o momento em que se encontra todo o processo. Referiu-se ao parecer desfavorável do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, relativamente à mobilidade, dado que o plano apresentado



[Handwritten signatures and initials]

prevê a existência de uma estrada a norte das Salinas, que de acordo com o Plano de Ordenamento do Parque Natural não é permitida, informando que a partir desse momento a Câmara ficou impossibilitada de avançar com o Plano de Pormenor. Contudo, salvaguardou que o Plano de Ordenamento daquele Parque encontra-se em de fase de passagem a Projeto, ficando numa das cláusulas a possibilidade de construção da referida estrada, assunto que fora submetido a discussão pública, já terminado o seu prazo, encontrando-se a mesma em análise, aguardando-se publicação, garantia dada pelo Sr. Secretário de Estado em reunião havida. -----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

- **Informação sobre a situação económica e financeira semestral do Município de Rio Maior;** -----

- **Compromissos Plurianuais;** -----

- **Atividade Municipal;** -----

- **Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

Ponto I - Apoio Financeiro à União de Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões para Aquisição de Equipamento. -----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados tendo em vista a atribuição de um apoio financeiro à União de Freguesias de Outeiro da Cortiçada e Arruda dos Pisões, no montante de € 5 827, (cinco mil, oitocentos e vinte sete euros), destinado à aquisição de um corta silvas com braço, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33 e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.-----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado, Luis Henrique Silva Bento.** -----

----- Interveio dizendo que votará a favor do referido subsidio que considera muito importante, contudo fez um pequeno reparo em forma de sugestão, nomeadamente, quando se fala numa racionalização de recursos públicos, estaria na altura da Câmara



Municipal pensar na criação de um parque de máquinas de apoio às freguesias rurais do concelho, com funcionários da autarquia habilitados e qualificados à sua manobra, evitando os elevados investimentos das juntas de freguesia, sendo esta a melhor forma de racionalizar os equipamentos públicos. -----

----- O Senhor Presidente concordou na teoria com a proposta apresentada, contudo discordou dado estar a ser muito difícil dispor recursos humanos para o cumprimento da missão do Município, sendo ainda mais difícil recursos humanos qualificados. Contudo salientou existir a possibilidade legal das freguesias criarem uma Associação de Freguesias, portando existindo essa vontade por parte dos Senhores Presidentes de Junta, a Câmara Municipal estará disponível para fazer parte daquela solução, apoiando a viabilização de um parque de máquinas que sirva um território maior, podendo prestar um melhor serviço às populações. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi apreciada e aprovada por **unanimidade** de trinta e um votos a favor (31 presenças). -----

Declaração de voto: Deputada, Anabela Costa Azenha. -----

“O Partido Socialista fica muito satisfeito com o apoio e investimento de equipamentos nas freguesias, ao encontro também da descentralização de competências e reforço do papel das autarquias, que defendemos no nosso programa eleitoral”. -----

Ponto II - Apoio Financeiro à Junta de Freguesia de Alcobertas para aquisição de Viatura. -----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados tendo em vista a atribuição de um apoio financeiro à Junta de Freguesia de Alcobertas, no montante de € 20 321,14 (vinte mil, trezentos e vinte e um euros e catorze cêntimos), destinado à aquisição de viatura, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33 e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

Presidente da Junta de Freguesia de Alcobertas. -----

----- Interveio começando por se congratular pelo facto de estarem presentes na sessão, quatro residentes da freguesia e que representam as três forças políticas eleitas no presente órgão, todos com intervenções pertinentes. Quanto ao apoio à sua freguesia, agradeceu em seu nome e em nome dos seus fregueses e dirigindo-se ao Presidente da Câmara, salientou a disponibilidade demonstrada para a atribuição do presente apoio tendo em vista a para compra de uma carrinha, reportando-se ao facto



[Handwritten signatures and initials]

da freguesia ter um parque automóvel já obsoleto, com elevados custos de manutenção e que aquelas substituições só são possíveis com os apoios da Câmara Municipal. Fez votos para que se possa continuar a contar com o apoio da Câmara Municipal e com o voto favorável da Assembleia Municipal, para que se possa dotar a freguesia de equipamentos adequados às reais necessidades. Aproveitou para fazer um agradecimento aos apoios dados às Associações daquelas freguesias, promovendo desta forma locais de encontro das populações numa freguesia do norte do concelho com características serranas. Terminou desejando um bom Natal e próspero Ano Novo. ----- Colocada a votação, a proposta foi apreciada e aprovada por **unanimidade** de trinta votos a favor (30 presenças). -----

Ponto III - Exercício de competências no domínio da Ação Social, pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo. -----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados tendo em vista a aprovação da assunção pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, em 01/01/2023, do exercício das competências relativas à Ação Social, indicadas no Decreto-lei nº. 55/2020, de 12 de agosto. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Deputado, Luis Henrique Silva Bento. -----

----- Interveio quanto ao presente assunto dizendo que irá votar contra, pois não é uma medida de descentralização, mas sim uma medida de desresponsabilização do estado central, dizendo ser uma medida mascarada de proximidade que tem tudo o que parece ser uma medida para fechar serviços que se encontram de momento próximos das populações, para os passarem para um nível supramunicipal, para uma entidade que não é eleita pelos cidadãos. -----

----- Deputada, Anabela Costa Azenha. -----

----- Interveio quanto ao presente assunto dizendo que a Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, no seu artigo 32º, sobre titulo Ação Social, refere “nº1 - É da competência dos órgãos das entidades intermunicipais participar na organização dos recursos e no planeamento das respostas e equipamentos sociais ano nível supraconcelhio, exercendo as competências das plataformas supraconcelhias e assegurando a representação das entidades que as integram.”, referindo o “nº 2 – “Compete igualmente aos órgãos da entidades intermunicipais a elaboração de cartas sociais supranacionais para identificação de prioridades e respostas sociais a nível intermunicipal”. Salientou



[Handwritten signatures and initials in black and blue ink]

que aquelas disposições permitem delegar nas comunidades intermunicipais competências da área da ação social, com o acordo dos Municípios e que defende uma maior proximidade aos cidadãos, com uma maior eficácia e conhecimento das pessoas e do terreno, podendo-se aplicar melhor os recursos, beneficiando assim as pessoas. Defende, ainda, que para uma melhor eficiência na gestão do recursos e meios, os Municípios devem agregar-se e partilhar a gestão em nome da coesão territorial. Questionando, no caso concreto de Rio Maior, quais são os meios e instrumentos aprovados/delegados e qual impacto esperado em benefício da população. -----

----- O Senhor Presidente interveio dizendo que a intervenção do Deputado, Luis Bento é uma intervenção política, que não carece de comentário. Quanto á questão colocada pela Deputada, Anabela Azenha esclareceu que não estão a ser delegados nenhuns meios na Comunidade Intermunicipal, trata-se de uma delegação administrativa de gestão, a articulação em rede para uma solução social a nível da Comunidade Intermunicipal, competências que eram da Segurança Social, ou seja, não existe património da posse da Câmara Municipal, que seja transferido. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi apreciada e aprovada por **maioria** de vinte e nove votos a favor e um voto contra (30 presenças). -----

Ponto IV- Contrato Programa para o ano de 2023 – DESMOR, E.M.S.A.-----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados tendo em vista a aprovação do Contrato Programa para o ano de 2023, a celebrar entre o Município de Rio Maior e a DESMOR, E.M.S.A., nos termos do artigo 26.º dos Estatutos da Empresa Municipal em apreço, conjugado com o artigo 47.º da Lei 50/2012 de 31 de agosto, na sua atual redação. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Deputado, Luis Manuel Gaspar Soares. -----

----- Interveio acerca do presente assunto e disse que a Desmor, E.M. é uma empresa de elevada importância para o Concelho de Rio Maior, não só pelos postos de trabalho criados, mas também pelos serviços que presta à população, como também na divulgação da imagem do concelho de Rio Maior enquanto marca “Cidade do Desporto”. Disse ter ficado satisfeito por se verificar uma diminuição do valor do contrato-programa, face ao ano anterior, em cerca de 2,8%, perguntando, assim, se a presente redução é resultado de alguma estratégia que se encontre em execução por parte da Empresa Municipal, ou se não é apenas um momento que nada está relacionado com os anos futuros. -----



[Handwritten signatures and initials]
cu
CPC

----- **Deputado, Filipe Montez Coelho Madeira.** -----

----- Interveio quanto ao presente assunto e assinalou que o Contrato-Programa tem subjacente dois objetivos, que são igualmente dois desafios, nomeadamente, incrementar de forma relevante a prática desportiva, quer a nível informal, quer a nível dos clubes desportivos. Com base nos número do ano de 2022, referiu-se ao número de horas de utilização previstas para o ano de 2023, que apresentam valores bastante relevantes, dando como exemplo a utilização da piscina de 25 metros, com um incremento 4 460 horas, sendo que a nave multiusos apresenta o tripulo de horas previstas, dizendo tratar-se de um grande desafio que vai de encontro ao segundo objetivo, que é o ganho de eficiência ao nível de minoração dos preços de utilização no seu custo por hora, na maior parte das infraestruturas desportivas. Assim, estabelecendo a comparação com o Contrato-Programa anterior, disse estar previsto um aumento de 8% em termos de proveitos e um decréscimo de cerca de 2,7% do valor do contrato. Referiu, ainda, que o incremento da pratica desportiva traz benefícios não tangíveis em termos de promoção da saúde da comunidade riomaiorense. Mais disse, encontrar previsto no documento em análise a salvaguarda de eventuais reposições, caso a previsão não venha a acontecer e caso o contrato não possa ser cumprido. Face ao exposto, disse ser de parecer muito favorável quanto à aprovação do documento apresentado. -----

----- O Presidente da Câmara agradeceu as intervenções e respondeu às questões apresentadas pelo Deputado, Luis Soares, dizendo que o documento apresentado é sinónimo de maior capacidade da empresa Desmor, E.M., com mais negócio, mais horas de utilização, com muita utilização do Centro de Estágios, com mais utilização de infraestruturas, o que reduz em muito o custo de cada utilização e com essa otimização, reduz assim o valor do Contrato-Programa. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi apreciada e aprovada por **maioria** com vinte e um votos a favor, nove abstenções e um voto contra (31 presenças). -----

Declaração de voto: Deputada, Anabela Costa Azenha. -----

“Pese embora a ligeira melhoria na previsão de contas e a redução da dependência do Município de Rio Maior, ainda assim temos sérias dúvidas na formação de preços aos utentes e clientes na promoção externa do objeto da empresa, Centro de Estágios e Centro de Alto Rendimento e no financiamento necessário para um programa de obras de reparação e manutenção necessários. Pomos também o beneficio da dúvida ao novo Presidente do Conselho de Administração, Dr. Miguel Pacheco.”-----



[Handwritten signatures and initials]

----- A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** colocou à consideração de todos os membros da Assembleia a discussão conjunta dos pontos V, VI, VII, e VIII, tendo sido aceite por todos os presentes. -----

Ponto V - Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2023. -----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados tendo em vista a aprovação da fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem de 0,25% para o ano de 2023, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 3 do artigo 106.º da Lei 5/2004, de 10 de fevereiro, na sua atual redação, e da alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea ccc) do artigo 33.º, ambos do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- **Deputada, Dra. Maria José Barra.** -----

----- Interveio quanto ao Ponto VII, relativo ao IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), dizendo que atendendo à situação difícil que grande parte das famílias portuguesas estão a atravessar, são mais que necessárias medidas de apoio que verdadeiramente possam aliviar a asfixia financeira de algumas dessas famílias, contudo a estrutura de aplicação do IMI, no que diz respeito à deduções criadas não só não atingiram esse desidrato, como é geradora de injustiças, nomeadamente, com o fundamento de incentivo à natalidade e apoio às famílias numerosas, foram estabelecidas deduções fixas no valor de 20€, 50€ e 70€, se o número de dependentes do agregado familiar for respetivamente de 1, 2, 3 ou mais, referindo não ter sido considerado o rendimento médio por cada elemento do agregado familiar. Saliu que ter um filho não significa dispor de maior capacidade financeira, tal como ter três ou mais filhos poderá não corresponder a maiores dificuldades. Referiu-se também à dedução de 25% na taxa do IMI, dizendo que este não constitui um apoio às famílias mais débeis financeiramente, pois não são aquelas famílias que dispõem dos meios financeiros necessários para que a sua habitação possa ter a eficiência energética que lhe permita beneficiar da referida dedução, assim parece crível que os objetivos preconizados com estas medidas possam ser atingidos, antes pelo contrário são geradores de injustiças. -----

----- **Deputado, Pedro Alexandre Vicente Henriques.** -----

----- Interveio quanto ao Ponto VI, relativo ao lançamento da derrama sobre o lucro tributável do ano de 2022, referindo ser seu entendimento que a atratividade do concelho para as empresas, também se faz pela via da competitividade fiscal, contudo apesar da cobrança da Derrama apenas incidir sobre empresas com faturação anual



[Handwritten signatures and initials]

acima dos 150 000€, entre outras exceção, disse existir cabimento orçamental para o alívio daquele imposto, sem que comprometa o alívio da estabilidade orçamental, tal orientação releva-se de maior interesse quando se verifica que os principais Municípios concorrentes de Rio Maior, nomeadamente, Santarém, Caldas da Rainha, Alcobaça, apresentam propostas iguais ou mais atrativas do ponto de vista fiscal. Mais disse, que seria um incentivo e um sinal político para a atração e fixação de empresas sobretudo as de maior dimensão, para além do apoio em contexto económico em que se apresentam tantos e difíceis desafios. -----

----- Sobre o ponto VIII, participação variável no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) ano de 2023, referiu-se aos últimos dados disponíveis (fonte: PRODATA) que apontam para um rendimento médio líquido dos sujeitos ativos em Rio Maior, correspondente a 88% da média nacional, estando o mesmo abaixo de todos os concelho limítrofes, à exceção do Cadaval e quando se entra no contexto de inflação generalizado, com a respetiva quebra do poder de compra das famílias e apresentando o Município sucessivos saldos de gerência, contas equilibradas, folga orçamental e uma previsão de crescimento na ordem dos 17% para a receita do presente imposto, face ao ano anterior, no seu entender poderia o Município de Rio Maior ir mais além na presente matéria, devolvendo aos munícipes um valor superior ao proposto. Salientou que fizera as contas e a título de exemplo, se subissem na proposta apresentada do orçamento a mesma receita oriunda do IRS do ano anterior, tal permitiria fixar a taxa em 4,1%, cujo impacto corresponderia em forma de devolução aos Munícipes cerca de 90€ por cada 10.000€ de receita líquida, ou seja, mais 70€ que a atual proposta. Disse que pode parecer pouco, mas seria muito para muitas famílias, mas seria sobretudo um sinal político de apoio aos cidadãos, quando se antecipa um ano de 2023 muito difícil. Terminou desejando boas festas a todos os presentes. -----

----- **Deputado, Luis Manuel Gaspar Soares.** -----

----- Interveio quanto ao ponto V, Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2023, questionando se o Município já terá encetado diligências junto das operadoras, utilizando os instrumentos que tem à sua disposição, por forma a potenciar ou acelerar o investimento por parte das mesmas, quer na difusão do cabo de fibra ótica, quer na rede móvel do restante concelho. -----

----- **Deputado, Luis Henrique Silva Bento.** -----

----- Interveio dizendo que quanto ao ponto V, Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2023, partilha da mesma visão da Câmara, votando a favor do valor da



taxa máxima possível, até achando que poderia ser maior. Mais disse não partilhar da visão da bancada do Partido Socialista tendo em conta o valor abaixo, não acreditando que pudesse ser usado como forma de negociação com as operadoras. -----

----- Em relação ao restantes Pontos, referiu viver-se em altura de crise, inerente ao sistema económico, dizendo que defende que a redução dos impostos, pois daria um sinal à população de que a Câmara Municipal está solidária com as suas dificuldades. Assim, defende que a taxa de IMI, deveria ser reduzida para 0,25%, que a derrama deveria ser reduzida para 1%, que a taxa de participação no IRS também deveria ser revista em baixa. Porque, se a Câmara Municipal não está disposta a baixar impostos em altura de crise, quando estará. -----

----- **Deputado, Tiago Filipe Francisco Santos.** -----

----- Interveio quanto aos presentes pontos começando por referir que do ponto vista político por vezes tem alguma dificuldade em compreender as posições do Partido Socialista, dado que parecem liberais, mas batizam-se socialistas, defendendo a nível regional uma baixa de impostos, mas a nível central não a praticam. A mesma posição para a CDU, que fazendo parte de uma experiência política que foi a “geringonça”, participaram na maior carga fiscal de sempre, vindo agora pedir ao Município, que apelidam de contas certas, para baixar impostos, que se aumente o apoio social, que se pratica no Município, considerando que existirem situação que não são compatíveis, mas são transversais nos pontos, ou seja, a manutenção da carga fiscal. Ao fazer a comparação com o que passa na região, o concelho de Rio Maior a nível do IMI, não está no valor mais elevado, dado existirem seis concelhos que praticam taxas muito superiores, sendo certo que outras praticam inferiores, mas esses são concelhos do interior, cuja a atratividade também é menor. Disse ficar muito espantado com o facto do Partido Socialista praticar a maior carga fiscal de sempre, com impostos embutidos que não acabam, dando o exemplo dos combustíveis, e a nível regional apresentam outro tipo de política. Saliu a haver muita incoerência política na defesa dos presentes pontos, contudo acha uma medida acertada a manutenção e previsibilidade de alguns dos impostos para as famílias e empresas. -----

----- O **Deputado, Luis Henrique Silva Bento**, solicitou o direito de resposta, o qual lhe fora concedido, referindo assim, que quanto aos Impostos a CDU defende que não é cortar num lado e dar no outro, contudo são a favor se serem tributados uma única vez, dado que se paga impostos ao estado central, paga-se impostos a nível municipal e qualquer dia cobram impostos na Freguesia onde reside, dizendo fazer parte de um



[Handwritten signatures and initials: a stylized signature, 'cu', and '4/2']

partido que está habituado a reivindicar através da luta e como tal, acha que o financiamento dos Municípios deve vir do estado central e não através da sobrecarga fiscal sobre a população, reivindicando assim, uma melhor justiça fiscal. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara argumentou face às exposições dos Senhores Deputados, referindo quanto à Derrama, que pese embora, seja uma taxa menor, possa gerar melhor atratividade. As isenções propostas que servem de apoio às empresas de menor volume de faturação, funcionam como um incentivo àqueles que tem menos condições para o pagamento do imposto. Mais disse, que o concelho de Rio Maior não tem tido falta de procura para investimento, sendo um dos Municípios dentro da Comunidade Intermunicipal com maior procura de terrenos e infraestruturas, dando como exemplo o volume de negócios realizado pela Depomor, S.A., nos últimos dois anos. Mais disse que a posição da Câmara vai muito de encontro à intervenção do Deputado, Tiago Santos, tentar não agravar muito os impostos garantido equidade ao invés de igualdade. Sobre o IMI referiu ser uma receita importantíssima para o Município e para a manutenção da sua atividade e em resposta à intervenção da Dra. Maria José Barra, quando se reporta ao incentivo à natalidade, disse não ser um apoio financeiro, pois é um apoio à natalidade. Mais disse, que a presente maioria camarária não acredita que a iniciativa fiscal tenha conflitualidade com o apoio social, defendendo a equidade, portanto aqueles que podem fazer o pagamento dos seus impostos, ajudam aqueles que não podem e que apresentam piores condições financeiras, havendo aqui divergência de opiniões o que considera salutar. Quanto ao IMI, disse que muito do apoio social feito às pessoas mais carenciadas não são proprietárias, ou seja, as pessoas mais necessitadas são arrendatárias, então acabam por não ser beneficiadas pela redução do imposto.-----

----- Terminou agradecendo a intervenção de todos os Senhores Deputados. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi apreciada e aprovada por **maioria** com vinte votos a favor e nove abstenções (29 presenças). -----

Declaração de voto: Deputada, Anabela Costa Azenha. -----

“A taxa de direitos de passagem é um direito do Município e não devia deixar de ser cobrada, ela estará de alguma forma refletida nos preços aos consumidores de serviços e portanto fará sentido que retorne ao munícipe pela via do seu Município. Defendemos no passado e no nosso programa eleitoral que aquela taxa poderia ser um instrumento a ser usado pelo Município para negociar junto das operadoras para antecipar a colocação de infraestruturas e rede de comunicações, isto acontece em outros



[Handwritten signatures]

Municípios do país e da região e consideramos que seria uma mais valia para os riomaiorenses. Como tal, não é sequer equacionado cobrarmos por cobrar e sem o reflexo e benefício direto.”-----

Ponto VI - Lançamento de derrama sobre lucro tributável de 2022. -----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados tendo em vista a seguinte aprovação: -----

- Fixar a taxa de derrama em 1,3% sobre o lucro tributável de IRC, relativo ao exercício económico do ano de 2022, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, na sua atual redação; -----

- Conceder isenção total de derrama relativa ao ano de 2022 às empresas que tenham instalado a sua sede social no concelho de Rio Maior e que tenham criado, no mínimo, 3 novos postos de trabalho efetivos no concelho com essa instalação, atento ao disposto no n.º 22 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na sua atual redação, e nos termos previstos no artigo 16.º do mesmo diploma legal, conjugado com o n.º 1 do artigo 6.º do RM Investe – Regulamento de Apoio a Iniciativas Económicas de Interesse Municipal; -----

- Conceder isenção total de derrama relativa ao ano de 2022, às empresas com volume de negócios inferior a € 150.000 que, durante esse ano, tenham criado no mínimo 2 postos de trabalho efetivos no concelho, atento ao disposto no n.º 22 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, na sua atual redação, e nos termos previstos no artigo 16.º do mesmo diploma legal, conjugado com o n.º 1 do artigo 6.º do RM Investe – Regulamento de Apoio a Iniciativas Económicas de Interesse Municipal;-----

----- Colocada a votação, a proposta foi apreciada e aprovada por **maioria** com vinte e um votos a favor e oito contra (29 presenças). -----

Declaração de voto: Deputada, Anabela Costa Azenha. -----

“A Bancada Socialista votou contra pois pese embora a cobrança de Derrama apenas sobre as empresas com uma faturação anual acima dos 150 000€, entre outras exceções. Consideramos que o principio deveria ser criado um incentivo à fixação de outras empresas e deveria dar um sinal politico de devolução aos munícipes. As empresas com faturação acima daquele patamar estão em tendência de devolver poder de compra aos seus funcionários através de pagamentos extraordinários, tal como o Estado, o Município poderia aliviar esta taxa dando esse sinal politico.” -----

Ponto VII - Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – 2022. -----



[Handwritten signatures and initials]

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados tendo em vista a aprovação das seguintes taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para o ano de 2022: -----

----- Fixar a taxa de IMI em 0,38% sobre os prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI); -----

----- Majoração de 30% da taxa aplicável aos prédios urbanos degradados nos termos do n.º 8 do artigo 112.º do CIMI; -----

----- Majorar até ao dobro a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais em situação de abandono, nos termos do n.º 9 do artigo 112.º do CIMI; -----

----- Reduzir a taxa do IMI, a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela: -----

----- Número de dependentes a cargo -----

----- 1 -----

----- 2 -----

----- 3 ou mais -----

----- Dedução fixa (em €) -----

----- 20 -----

----- 40 -----

----- 70 -----

----- Redução de 25% da taxa de IMI, a aplicar aos prédios urbanos com eficiência energética, nos termos do n.º 1 do artigo 44.º-B do Estatuto dos Benefícios Fiscais; ----

----- Redução de 50% da taxa de IMI, a aplicar aos prédios rústicos integrados em áreas classificadas que proporcionem serviços de ecossistema não apropriáveis pelo mercado, desde que sejam reconhecidos como tal pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P, nos termos do n.º 3 do artigo 44.º-B do Estatuto dos Benefícios Fiscais; -----

----- Colocada a votação, a proposta foi apreciada e aprovada por **maioria** com vinte e um votos a favor, sete abstenções e um voto contra (29 presenças). -----

Declaração de voto: Deputada, Anabela Costa Azenha. -----

“Este ponto cria um conjunto de discriminações positivas e negativas, desagrava em famílias numerosos, eficiência energética, agrava em património devoluto, mas ter mais



ou menos filhos por si só, não pode criar justiça na sua redução, importa verificar o rendimento efetivo do agregado familiar. Sendo um imposto que na sua génese está ligado a uma devolução ao munícipe em condições de usufruto do seu património, qualidade de vida e bem-estar, como saneamento redes de águas, estado das vias, etc. Sentimos que não estão em convergência a taxa e a tendência de melhoria destas condições.” -----

Ponto VIII – Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, (IRS) -2023. -----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados tendo em vista a aprovação da fixação de taxa de participação 4,8%, sobre o Imposto sobre os rendimentos das Pessoas Singulares, (IRS) no ano de 2023, nos termos previstos no art.º 26 da Lei nº 73/2013 de 3 de setembro, na sua atual redação. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi apreciada e aprovada por **maioria** com vinte e um votos a favor e oito contra (29 presenças). -----

Declaração de voto: Deputada, Anabela Costa Azenha. -----

“Precisamente em ano que se antecipa difícil para as pessoas e famílias, com referências expressas a isso, medidas de apoio extraordinário do Governo, das empresas e das instituições, dando como exemplo as IPSS. Quando vários Municípios do país e da região baixam as suas taxas ou as mantém baixas, não fazer e cobrar o mesmo de sempre, não nos afigura razoável.”-----

Ponto IX - Regulamento Social dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior – Compensação do Imposto Municipal sobre Imóveis Liquidado. -----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados tendo em vista a aprovação das regras para a concessão de isenção parcial do Imposto Municipal de Imóveis aos Bombeiros Voluntários de Rio Maior e aprovar a isenção mencionada na tabela anexa à informação, de 15/11/2022, do Chefe da Unidade de Planeamento e Gestão Financeira, conforme previsto no n.º 2 e 3 do artigo 16.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais, Lei 73/2013, de 3 de setembro. -----

INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

Deputado, José Luis Nunes Coelho. -----

----- Deixou um agradecimento ao Município pela continuidade do Regulamento Social do Bombeiro, naquilo que é o benefício no IMI para os elementos do corpo dos



[Handwritten signature]

cu

q/c

bombeiros voluntários. Deixou como nota a importância de manter e criar novas medidas que permitam aliciar novos cidadãos a participar na vida ativa do corpo de bombeiros voluntários de Rio Maior, em que na atual realidade passa por algumas dificuldades naquilo que é a captação de recursos humanos, sendo a medida agora aprovada, contributo para essa cativação de interesse e que de forma abnegada praticam o ato de ser bombeiro voluntário. Terminou desejando Boas Festas a todos os presentes. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi apreciada e aprovada por **unanimidade** (30 presenças). -----

Ponto X - Documentos Previsionais 2023|Orçamento, Grandes Opções do Plano, Mapa de Pessoal e Atualização de Taxa – Município de Rio Maior. -----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados tendo em vista a aprovação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023. -----

----- Nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Mapa de Pessoal para 2023, conforme o previsto no n.º 4 do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho. -----

----- Aprovar a atualização da taxa prevista no artigo 20.º do Regulamento de Exploração da Estação de Camionagem de Rio Maior por remição do artigo 39.º do Regulamento de Taxas do Município de Rio Maior. -----

----- O Presidente da Câmara referiu ser o maior orçamento da Câmara Municipal de Rio Maior, com um valor superior a 31 milhões e 400 mil euros, contudo manifestou alguma preocupação relativa à volatilidade dos mercados e do ambiente económico atual, embora seja um documento previsional deve estar revestido de rigor e de fiabilidade, contudo a instabilidade vivida poderá afetar aquela que será a execução do orçamento, reportando-se em concreto ao custo com a energia, encontrando-se previsto o seu aumento na ordem dos 300%, mas que na realidade nada garante que não sofra novos aumentos. Referiu que o gás está com um aumento de cerca de 600% o é para a Câmara e para a Desmor, E.M., um fator determinante do desequilíbrio das contas. Saliu ainda que o Concelho de Rio Maior assumiu de forma pioneira na região e no país, as competências da ação social e que mereceram dotação especial no presente orçamento, dado os tempos que se antevem de alguma dificuldade. Mais disse que o



orçamento representa a concretização com a captação de investimento para o Concelho de Rio Maior, através do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), dadas as candidaturas já aprovadas e que colocam o Concelho a nível nacional no topo da lista dos beneficiários do programa, nomeadamente, com a aprovação da candidatura para as áreas empresariais, cuja abertura de propostas está prevista para o final do próximo mês de janeiro de 2023 e logo após dar início aos trabalhos daquela intervenção. Informou que se conseguiu financiamento através do PRR para a construção da Residência de Estudantes, obra muito necessária e que vem suprir dificuldades várias. Após muitas décadas de luta e em conjunto com o IP (Infraestruturas de Portugal), iniciara-se o processo de requalificação da EN114 com a construção de uma rotunda, com um investimento municipal de cerca de 3 milhões de euros e de 6 milhões da responsabilidade do IP. Classificou aquele, como um troço muito necessitado e que vem trazer melhores condições de acessibilidade à cidade de Rio Maior. Reportara-se ainda à fixação dos Centros Tecnológicos em Rio Maior, no valor de 2,6 milhões de euros. Salientando que o Concelho de Rio Maior tem fixado em termos de PRR, 27 milhões de euros, o que demonstra muito trabalho. Disse que o ano de 2023 é o ano de tornar aquela aposta uma realidade no sentido de melhorar a vida dos cidadãos. Mais disse, que ao abrigo do direito de oposição, foram ouvidos todos os partidos com assento nos órgãos municipais, que verteram em orçamento aquilo que são as preocupações comuns, nomeadamente, saneamento, fornecimento de água, havendo acrescimento de verbas nessas rubricas e que correspondem a acréscimo de intervenção nessas áreas. Salientou ainda, que após décadas, foram reunidas as condições para resolver a questão do saneamento básico na freguesia de Azambujeira, fazendo a ligação Etar de S. João da Ribeira, obra a realizar no decurso do ano de 2023. Disse ainda, que neste momento existe um projeto técnico finalizado, em condições de submissão de candidatura, tendo em vista a resolução de problemas quanto eficácia da rede de águas do concelho de Rio Maior, mais disse que se tem desenvolvido muito trabalho no sentido de reduzir as perdas de água, atingindo-se uma redução na ordem dos 2% ao ano, dizendo ser pouco, contudo é um caminho que está a ser percorrido com muito esforço e empenho. Disse ainda, que o Concelho de Rio Maior, tem mostrado uma clara melhoria naquilo que são os indicadores económicos, referindo que o parecer do Revisor Oficial de Contas confirma essa situação e informou, com agrado, que apesar de todos os investimentos que o Município vem fazendo, conseguiu-se uma redução de 581 mil euros da dívida total do Município. Registou com muito agrado, que o prazo



Cu

CF

médio de pagamentos a fornecedores, seja de 18 dias, resultado de uma conquista clara de melhores preços de mercado e de melhores condições dos fornecedores. Terminou dirigindo um agradecimento à Assembleia e Câmara Municipal pelo trabalho conjunto desenvolvido, agradeceu à sociedade riomaiorense em mostrar disponibilidade para atravessar o ano de 2023 com segurança, agradeceu às Juntas de Freguesia, às Associações do Concelho, às IPSS e a toda a comunidade escolar a possibilidade de se poder apresentar um orçamento com qualidade e ambição para o ano de 2023. Por último agradeceu aos trabalhadores do Município de Rio Maior pelo trabalho diário pela capacidade que tem de fazer acontecer o dia a dia no Concelho de Rio Maior e pela lealdade ao serviço público. Fazendo votos que o presente orçamento seja merecedor de voto favorável. -----

----- **A Presidente a Assembleia Municipal** ausentou-se neste momento da sala de sessões da Assembleia Municipal, ficando o 1º secretário da Mesa da Assembleia na condução dos trabalhos da sessão. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado, Luis Henrique Silva Bento.** -----

----- Iniciou a sua intervenção por fazer um elogio aos trabalhadores e técnicos da Câmara Municipal de Rio Maior, bem como, ao Executivo Municipal, pela elaboração do documento em análise, que do ponto de vista formal e legal respeita o sistema de normalização para a função pública, a lei dos compromissos e pagamentos e todo um conjunto de requisitos que são necessários para a sua elaboração. Salientou que não irá votar favoravelmente o presente orçamento, mas por uma razão de ordem política, nomeadamente, face à situação económica do Concelho, dizendo que em momentos de crise a melhor maneira de encontrar soluções é ouvir a população, o que acha não acontecera, dado que o documento está assente em impostos com os quais não concorda. Disse ser um dos orçamentos maiores de sempre, embora se registre o aumento em determinadas rubricas, parece-lhe que outras estão dotadas de forma insuficiente, reportando-se ao facto do Município registar um valor de 44% de fugas de água e que continua a ser curto o investimento que a Câmara planeia fazer no ano de 2023 para solucionar aquele problema. Saudou com bastante agrado o aumento do investimento em ação social e na nova residência de estudantes, contudo vê com preocupação a pouca importância que se dá a setores como a saúde e o meio ambiente. Aproveitou a oportunidade para perguntar sobre o projeto de naturalização das margens da ribeira de S. Gregório, em Rio Maior. Quanto ao saneamento parece-lhe



[Handwritten signatures and initials]
cu
cyc

que ficará por resolver uma questão que considera estrutural para o Concelho de Rio Maior, não lhe parecendo que vá ser resolvido no presente mandato. Por todas as razões elencadas e por outras, disse que votará contra o orçamento para o ano de 2023.

----- **Deputada, Maria José Gonçalves Lopes Barra.** -----

----- Colocou uma questão relativa ao Fundo Social Municipal previsto em orçamento no valor de 561 689,00€ e a participação variável no IRS de 851 437,00€, nomeadamente, se a verba se destina exclusivamente à ação social municipal, ou seja, se a mesma é consignada àquela despesa, dado que existem princípios orçamentais, como seja, o princípio da não consignação, com as devidas exceções, que não permitem que determinadas receitas possam destinar-se exclusivamente à cobertura de determinadas despesas. -----

----- **A Presidente a Assembleia Municipal** entrou neste momento na sala de sessões da Assembleia Municipal, ficando na condução dos trabalhos da sessão. -----

----- **Deputada, Anabela Costa Azenha.** -----

----- Começou por referir que as grandes opções do plano e orçamento não dão qualquer sinal aos riomaiorenses de apoio e incentivo, mantém as mesmas taxas praticadas nos últimos anos sobre rendimentos e a vida dos munícipes. Não prevê aumento de investimento significativo, nem mesmo em áreas críticas, como seja o saneamento, a reparação da rede de águas, a saúde e a juventude. Tirando a execução dos Fundos Comunitários que servem apenas setores delimitados da vida do Concelho. Não existe plano, ousadia, investimento, nem apoio a famílias e pessoas, cresce muito no apoio social, porque a Câmara aceitou a descentralização de competências naquela área. O Partido Socialista em reunião de audiência para análise do orçamento e compreendendo não se puder querer tudo ao mesmo tempo, apontou duas áreas em quatro frentes, as infraestruturas e as pessoas, o alargamento da rede de saneamento, a reparação da rede de distribuição de águas, a saúde e o apoio às empresas pessoas e famílias, situação que não é clara no presente documento, dando a título de exemplo, a rúbrica da saúde que direta e indiretamente existe um campo de intervenção do Município, extra descentralização de competências, onde teima em não intervir, desde o simples transporte regular para o Centro de Saúde, das freguesias e da Cidade para as Unidade de Saúde, reabilitação dos Postos Médicos existentes nas freguesias, para apoio de consultas descentralizadas, curativos, formação de utentes e profissionais, ações de prevenção na saúde, entre outros. Quando se propôs aqueles e outros incentivos, teve-se o cuidado do equilíbrio orçamental, dizendo que a execução do



Handwritten initials and signatures: a stylized signature, 'em', and 'c/c'.

orçamento do Município apresenta sucessivos saldos orçamentais, existe um conjunto de despesas assumidas e efetuadas que não são prioritárias, portanto existe folga e equilíbrio. Por outro lado, salientou, existirem investimentos decorrentes das competências na ação social e outras atividades e intervenções que são positivas. Para além dos acordos feitos para a governabilidade das freguesias de Vila da Marmeleira, Assentiz e Arroquelas, que preenchem até ao momento a sua expectativa e estão orçamentados. -----

Terminou dizendo que o sentido de voto será a abstenção. -----

----- **Deputado, Filipe Montez Coelho Madeira.** -----

----- Disse que o problema da saúde é um problema muito falado, contudo a responsabilidade dos Municípios é muito limitada nessa matéria, sendo um problema grave que se verifica em todo o país com a falta de médicos. Quanto às grandes opções do plano e orçamento, referiu, igualmente, ser um dos maiores orçamentos de sempre da Câmara Municipal de Rio Maior, o qual a título de curiosidade apresenta menos transferências do estado, destacou o valor das participações comunitárias para investimento municipal, sendo o mesmo desvalorizado em intervenções anteriores, dado ser mais interessante falar de custos e menos interessante falar de investimentos, tratando-se de abordagens ideológicas. Quanto às despesas com o pessoal, refere o aumento, prevendo-se uma valorização dos recursos humanos da Câmara Municipal de Rio Maior. Quanto à aquisição de bens e serviços registam um aumento. Também um aumento nas transferências para as freguesias. Em termos de área de atuação para o ano de 2023, destacou a reabilitação do edifício para a residência de estudantes, a beneficiação da Creche de Malaqueijo, o reforço da rubrica para apoio às famílias com dificuldades económicas, a obra da requalificação do edifício da Moagem e envolvente, a reabilitação da Casa Poeta Ruy Belo, a aquisição de terrenos para a requalificação e beneficiação da EN 114, com ligação da A15 e zona industrial - Parque de Negócios e ainda, a reabilitação e manutenção de edifícios Municipais em todo o Concelho. Reportara-se a um projeto muito importante e inovador que se refere à reconversão das áreas industriais, designadas por Áreas de Acolhimento Empresarial, tornando aquele espaço mais atrativo para captação de mais investimentos. Quanto à área desportiva e cultural, reportara-se ao Contrato-Programa com a Desmor, E.M. e a todo o investimento ali realizado e ainda a dinamização de vários projetos dentro daquelas áreas. Reportara-se ao apoio previsto à proteção civil e à luta contra incêndios, com verbas a transferir para a Associação dos Bombeiros Voluntários de Rio Maior. Salientando que o presente



[Handwritten signature]
a
42

documento apresenta uma lista bastante extensa de investimentos. Disse registar com agrado, o facto de no ano de 2023 estar prevista a resolução do problema do saneamento básico em Azambujeira. Quanto ao Mapa de Pessoal disse ser com agrado que regista uma maior estabilidade em relação ao ano anterior. Referiu-se às taxas de exploração da Central Rodoviária, o qual irá sofrer um aumento de acordo com a inflação, conforme previsto no Regulamento. Reportou-se à inflação e à invariabilidade que mesma pode provocar em termos orçamentais, havendo uma consciência que aquele é um problema que não tem origem no país, salientando que as medidas de combate à inflação propostas pelo governo de maioria socialista são de todo insuficientes, críticas que vem de todos os quadrantes. Mais disse, que o governo apresentou medidas de mitigação do aumento dos preços dos combustíveis e que iriam vigorar até final do ano de 2022, o que não acontecera. Refere que os portugueses estão a perder poder de compra, reportando-se ao orçamento de estado e às suas medidas, registando uma característica da maioria, que consiste em não assumir as dificuldades perante os portugueses. Disse, estar-se na presença de um documento que corporiza o sentido de responsabilidade e arrojo do executivo, reduzindo a dívida que vem do passado, apresenta melhores prazos médios de pagamento a fornecedores, propõe um grande e diversificado investimento em vários setores, mantém a presença e o apoio social, aumento o apoio às freguesias e garante o equilíbrio das contas. Salientou ser com orgulho que tem acompanhado a maioria camarária e disse acreditar que irão muito longe, sendo o seu voto favorável à aprovação do presente documento.

----- O Presidente da Câmara em resposta ao Deputado, Luis Bento, disse não concordar com a posição relativa à falta de investimento e que em relação à perda de águas na rede, as mesmas já registaram valores na ordem dos 53%, estando tudo preparado, para que assim que haja financiamento do Ciclo Urbano da Água, expectável no próximo PT2030, apresentar candidatura. Quanto às questões da saúde disse que a descentralização preconizada não defende os interesses dos riomaiorenses, nem do Município de Rio Maior, porque não faz acompanhar a verba necessária para a execução daquelas competências. Quanto ao projeto de naturalização das margens de S. Gregório, informou que se aguarda financiamento, estando previstas várias fases e a primeira fase custa 350 000€, disponibilizando o projeto para consulta. -----

----- Quanto à questão da Deputada Dra. Maria José Barra, disse tratar-se de uma transferência financeira do orçamento de estado consignada ao financiamento de despesas relativas a atribuição e competências dos Municípios associadas a funções



JB
cu
c/c

socias, nomeadamente, educação, ação social, saúde, transferência que desde 2019 não era paga, tendo sido agora acertado esse valor em dívida ao Município de Rio Maior.

----- No que refere às considerações da Deputada, Anabela Azenha, considerou-as injustas e discorda das suas posições, quando o orçamento em análise reforça as rubricas referentes a saneamento, águas, apoio a famílias, desenvolvimento de competências na área social. No que se refere à área da saúde referiu que as competências dos Municípios estão muito bem definidas e não se prendem com contratação de médicos, nem se prendem com a definição de políticas que permitam formar médicos, nomeadamente médicos de família, dado que esta é uma função do Estado. Contudo regista os elogios que fez à gestão da Câmara Municipal, à estabilidade financeira, à coerência do Município no trabalho que desenvolve de acordo com o parecer do Revisor Oficial de Contas. Saliou que a discordância acontece quando é necessário fazer escolhas, as quais estão refletidas no orçamento em análise. Mais disse que as intervenções na Assembleia vão sempre no sentido de canalizar as finanças do Município na redução das contribuições e sempre a acrescentar no que se refere aos investimentos, mas isso não é possível, dado que não se pode retirar tudo o que são impostos e aumentando tudo o que são investimentos. Terminou a sua intervenção agradecendo a intervenção de todos os Senhores Deputados. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi apreciada e aprovada por **maioria**, com vinte e dois votos a favor, sete abstenções e um voto contra (30 presenças).-----

Declaração de voto: Deputada, Anabela Costa Azenha. -----

“Não fossem os projetos comparticipados a dar-lhe volume e novidade, seria mais do mesmo, amorfo e sem qualquer inovação, pese embora os acordos para a governabilidade de freguesias estejam orçamentados e haja a esta data a expectativa de serem cumpridos e estejam inclusos valores e medidas que cobrem áreas essenciais da vida dos munícipes, como sejam, investimento comparticipados pelos fundos comunitários e PRR, embora sectoriais. No orçamento comum e regular do Município não há rasgo e não se investe em outras questões essenciais, como sejam, o saneamento básico a sério, a reparação a fundo da rede de abastecimento de água, a saúde, no apoio a empresas, pessoas e famílias de que é exemplo a manutenção da taxa que se discutiu nesta Assembleia. Em nome dos riomaiorenses e responsabilmente não chumbamos tudo, mas não podemos concordar muito.” -----

Ponto XI - Proposta de Modificação aos documentos Previsionais 2022 - Revisão Orçamental N° 3. -----



[Handwritten signature]
cu
CPL

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados tendo em vista a aprovação e a Modificação aos Documentos Previsionais 2022 – Revisão Orçamental n.º 3. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não houve intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi apreciada e aprovada por **unanimidade** (30 presenças).-----

Declaração de voto: Deputada, Anabela Costa Azenha. -----

“Pese embora a Câmara decida anular investimentos que tinha previstos, porque não teve capacidade de os executar este ano, como o parque de viaturas pesadas, que estava previsto em 87 000€, mas como a não retirada destes itens afeta a execução orçamental do Município, não queremos criar qualquer dificuldade administrativa, o que queremos é que se governe a favor dos riomaiorenses e na melhor forma que forem capazes.”-----

Ponto XII - Adesão do Município de Rio Maior à Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM). -----

----- O Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados tendo em vista a aprovação da adesão à Associação Nacional de Assembleias Municipais (ANAM), com uma quota anual de € 1425 (mil quatrocentos e vinte e cinco euros). -----

----- Deliberou ainda que, conforme disposto nos estatutos da mesma associação, seja designada como representante do Município na ANAM, a Presidente da Assembleia Municipal de Rio Maior. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado, Luis Henrique Silva Bento.**-----

----- Tal como fora discutido na reunião da Comissão Permanente da Assembleia Municipal, disse que a CDU não votará a favor da presente adesão em apreço, dado que no seu entender a Associação Nacional de Assembleia Municipais tem um carácter meramente performativo e de procura de “poleiro”, não trazendo qualquer benefício ao Município de Rio Maior. Mais disse que na referida reunião não ficou claro que vantagens poderá trazer a Associação, nem sequer qual é a sua atividade ao longo do ano, não se justificando assim acrescentar mais uma despesa ao erário público. Recordou que a Assembleia Municipal já está representada na Associação Nacional de Município Portugueses que inclui todos os órgãos municipais e até juntas de freguesia.



[Handwritten signatures and initials]

Assim considera que a Associação de Nacional de Assembleias Municipais vem enfraquecer a Associação Nacional de Municípios dividindo esforços e forças. -----
----- Colocada a votação, a proposta foi apreciada e aprovada por **maioria**, com vinte e nove votos favor e um voto contra (30 presenças). -----

----- **A Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 67º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão.-
----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (30 presenças). -----

----- **PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Foram efetuadas inscrições para intervenção do público. -----

----- **Sr. João Barbosa**, na sua intervenção dirigiu-se à Assembleia Municipal para transmitir o seu degrado pelo estado de conservação das estradas e valetas no Concelho de Rio Maior e ainda nas entradas da cidade. Mais disse que se terá dirigido à Câmara Municipal e esta disse que é uma competência da Junta de Freguesia, dirigiu-se à Junta de Freguesia de Rio Maior e depara-se com uma falta de capacidade e incompetência atroz, e dirigindo-se diretamente ao Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior, presente na sala de sessões, reforçou a sua posição. Refere-se ainda ao parque de máquinas da junta de freguesia e aos recursos humanos ali afetos não lhes reconhecendo capacidade de trabalho. -----

----- **A Presidente da Assembleia Municipal** interveio solicitando ao Sr. João Barbosa que se dirigisse à Mesa em cumprimento do Regimento da Assembleia Municipal. -----

----- **O Sr. João Barbosa** continuando a sua intervenção relatara uma situação que se prende com a colocação de um placard em espaço público, na zona onde reside, embora o Gabinete Jurídico da Câmara Municipal não confirme a situação, aquela colocação perturba a visibilidade na saída do condomínio, disse ter enviado um email a dar conta da situação, referindo que se alguma vez ocorresse ali um acidente, a responsabilidade seria da Câmara Municipal, assim decorridos mais de dois anos nada foi feito, classificando a situação de inacreditável. Referiu-se ainda ao facto de ter tido a oportunidade de falar com o Presidente da Câmara e com o Sr. Vice-Presidente informando os mesmos que considera inaceitável que alguns placards que se encontram pela cidade, ainda não tenham sido retirados pelos serviços da Câmara Municipal. Referindo que paga os seus impostos e a colocação da sua publicidade e duvida que muitos dos placards que vê pela cidade sejam pagos. Reportou-se ainda a



[Handwritten signatures and initials]

várias situações que considerou não estarem corretas, dizendo que os políticos são pagos para fazer bem feito, sendo esse o seu papel quando são eleitos pela população, contudo não lhes reconhece essa competência. -----

----- A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** interveio dizendo que todos aqueles que abraçam a causa publica e politica fazem-no com dedicação e empenho e se não fazem mais é porque não existem condições, vivendo-se numa democracia em que todos são livres de expressarem a sua opinião e se ocupam determinados cargos, é porque foram eleitos pelo povo que é soberano e que se deve, acima de tudo, respeitar. -----

----- O **Deputado, Carlos Jorge Coelho Neto** solicitou à Presidente da Mesa que lhe concedesse a palavra, concessão que utilizou para fazer um reparo à intervenção do Município, dizendo que todos os presentes naquele órgão foram eleitos e estão legitimados pelo povo riomaiorense, desempenhando o seu papel nessa qualidade, sempre em prol e na defesa dos interesses da comunidade. -----

----- A **Deputada, Anabela Azenha** interpelou a Mesa solicitando esclarecimento quanto à concessão de palavra ao Deputado, Carlos Neto, questionando se a mesma cumpre o Regimento da Assembleia Municipal. -----

----- A **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que a palavra foi concedida no sentido de reagir contra ofensas à honra ou à consideração, nos termos do artigo 44º do Regimento da Assembleia Municipal. -----

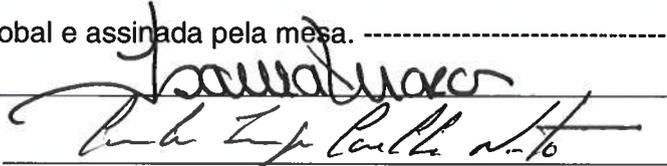
----- O **Senhor Presidente da Câmara** referindo-se às questões colocadas quanto à ocupação do espaço público e ao facto do município já ter sido informado pelo Serviços Jurídicos da Câmara e mantendo a sua posição de discórdia, indica ao mesmo, que poderão ser acionados mecanismos que levem ao esclarecimento da situação. Quanto a outras situações de Placards não licenciados, os serviços encontram-se a atuar em conformidade e existem procedimentos legais que tem de ser cumpridos. Terminou dizendo que vive exclusivamente da vida politica e não está disponível para ouvir de ninguém, que só está preocupado com o “venha a nós”, vive com entrega à causa pública, sentindo-se ofendido com as palavras que o Município proferiu, mais disse, que o tom de conversa utilizada no café não pode ser o mesmo que é utilizado naquele órgão, não devendo minorizar a politica, nem os cargos públicos, pela nobreza que os mesmos revestem. Terminou com uma frase de Platão “...o preço a pagar por não te envolveres na politica, é seres governado por quem te é inferior...”. -----



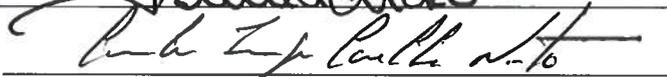
----- ENCERRAMENTO -----

----- Quando eram dezoito horas e vinte minutos, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente sessão da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos, sendo que a ata será apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- A PRESIDENTE DA MESA:



----- O PRIMEIRO SECRETÁRIO:



----- A SEGUNDA SECRETÁRIA:

